



Instituto Federal Catarinense
Mestrado Profissional em Educação Profissional Tecnológica
Campus Blumenau

DOMINIQUE CALIXTO MARTINS

**O SERVIÇO REMOTO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE
LIBRAS NO IFC: IMPACTOS PÓS-PANDÊMICO**

Blumenau

2024

DOMINIQUE CALIXTO MARTINS

**O SERVIÇO REMOTO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE
LIBRAS NO IFC: IMPACTOS PÓS-PANDÊMICO**

Dissertação do Mestrado em Educação Profissional Tecnológica, submetida ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Catarinense – *Campus Blumenau* para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional Tecnológica.

Orientador: Prof. Jorge da Cunha Dutra

Blumenau

2024

FICHA CATALOGRÁFICA DISSERTAÇÃO

Martins, Dominique Calixto.

M386s O serviço remoto de tradução e interpretação de libras no IFC: impactos pós-pandêmico / Dominique Calixto Martins; orientador: Jorge da Cunha Dutra. -- Blumenau, 2024. 81 p.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal Catarinense, campus Blumenau, Mestrado Profissional em Educação Profissional Tecnológica (PROFEPT), Blumenau, 2024.

Inclui referências.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Língua Brasileira de Sinais – Tradutores. 3. Língua Brasileira de Sinais – Intérpretes. I. Dutra, Jorge da Cunha. II. Instituto Federal Catarinense. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. III. Título.

CDD: 371.912



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 14186/2024 - CCPGEPT (11.01.09.31)

Nº do Protocolo: 23473.001358/2024-74

Blumenau-SC, 19 de julho de
2024.

DOMINIQUE CALIXTO MARTINS

**O SERVIÇO REMOTO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS NO IFC:
IMPACTOS PÓS-PANDÊMICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 12 de julho de 2024.

**COMISSÃO
EXAMINADORA**

Prof. Dr. Jorge da Cunha Dutra Instituto
Federal Catarinense Orientador

Profª. Drª Sara Nunes

Instituto Federal Catarinense



Documento assinado digitalmente

SONIA MARTA DE OLIVEIRA

Data: 23/07/2024 21:59:42-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Drª .Sônia Marta de Oliveir

Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte

(Assinado digitalmente em 19/07/2024 18:50)

JORGE DA CUNHA DUTRA
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
DEPE/BLU (11.01.09.01.03)
Matricula: ###691#9

(Assinado digitalmente em 19/07/2024 19:05)

SARA NUNES
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
CGE/BLU (11.01.09.01.03.07)
Matricula: ###789#2

Visualize o documento original em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **14186**, ano: **2024**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **19/07/2024** e o código de verificação: **a09914cadb**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 14187/2024 - CCPGEPT (11.01.09.31)

Nº do Protocolo: 23473.001359/2024-19

Blumenau-SC, 19 de julho de
2024.

DOMINIQUE CALIXTO MARTINS

GUIA DE SERVIÇO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO IFC

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 12 de julho de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorge da Cunha Dutra

Instituto Federal Catarinense

Orientador

Prof^ª. Dr^ª Sara Nunes

Instituto Federal Catarinense

Documento assinado digitalmente



SONIA MARTA DE OLIVEIRA

Data: 23/07/2024 22:03:45-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª .Sônia Marta de Oliveira Secretaria

Municipal de Educação de Belo Horizonte

*(Assinado digitalmente em 19/07/2024
18:50)*

JORGE DA CUNHA DUTRA
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
DEPE/BLU (11.01.09.01.03)
Matricula: ###691#9

*(Assinado digitalmente em 19/07/2024
19:04)*

SARA NUNES
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
CGE/BLU (11.01.09.01.03.07)
Matricula: ###789#2

Visualize o documento original em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 14187, ano: 2024, tipo: DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS, data de emissão: 19/07/2024 e o código de verificação: 9954bc200a

Dedico este trabalho aos meus pais João Martins e Cirlene Calixto (*in memoriam*), cuja coragem e amor moldaram o meu caminho. Mesmo sem acesso à educação formal, vocês foram mestras da vida, transmitindo sabedoria e valores que são a essência do meu ser. Com amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao meu orientador, Dr Jorge da Cunha Dutra, pela orientação, dedicação, paciência e insights valiosos ao longo deste processo. Seu apoio e orientação foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

À minha família, expresso minha gratidão pelo amor incondicional, incentivo e compreensão durante os momentos desafiadores desta jornada. Seu apoio foi a minha rocha e inspiração para seguir em frente.

Aos meus queridos filhos, Amanda e Augusto agradeço por serem minha fonte de alegria e motivação diária. Suas risadas e abraços foram minha força nos momentos de cansaço e dúvida. Desculpe a ausência, mas saibam que mamãe ama muito vocês.

Agradeço calorosamente à minha turma da quinta série do mestrado por tornarem esta jornada acadêmica tão especial. Sua motivação, amor e alegria foram verdadeiros combustíveis para minha dedicação e persistência ao longo deste período.

Agradeço também por aceitarem meus convites para sair, pois nesses momentos de descontração e amizade pude renovar minhas energias e encontrar equilíbrio entre os estudos e o lazer. Cada um de vocês contribuiu de forma única para minha experiência durante o mestrado, e levo comigo lembranças preciosas de nossos momentos juntos.

Aos servidores do IFC Blumenau, incluindo os trabalhadores terceirizados, que tornaram possível o meu ambiente de estudo e pesquisa, expresso minha sincera gratidão. Seu trabalho muitas vezes é invisível, mas é essencial para o funcionamento da instituição.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para esta dissertação. Que este trabalho possa contribuir para o avanço do conhecimento em nossa área e para o bem estar da sociedade como um todo. Obrigado por fazerem parte desta jornada e por tornarem cada passo mais significativo e memorável.

"Nunca deixe que lhe digam que não vale a pena acreditar no sonho que se tem, ou que seus planos nunca vão dar certo, ou que você nunca vai ser alguém." - Trecho da música "Mais uma vez", da banda Legião Urbana.

RESUMO

A presente dissertação partiu da investigação dos impactos da implementação do serviço de tradução e interpretação de Libras / Língua Portuguesa, na forma remota, no Instituto Federal Catarinense durante o período da pandemia da COVID-19, contemplando os anos de 2020 e 2021. O interesse para esta pesquisa surgiu das experiências desta pesquisadora neste período, na atuação como tradutora e intérprete de Libras/Português no Instituto Federal Catarinense. Este trabalho tem como objetivo geral compreender quais os impactos da implementação do serviço de tradução e interpretação de Libras / Língua Portuguesa, de forma remota, no IFC durante o período da pandemia da COVID-19, contemplando os anos de 2020 e 2021. A metodologia tem natureza básica, com abordagem qualitativa, e parte a princípio por aplicação de entrevistas semiestruturadas aos tradutores intérpretes efetivos do IFC e para análise de dados pretende-se desenvolver-se pela análise de conteúdo. Ainda como característico do programa de mestrado profissional, foi construído um produto educacional cuja proposta foi a criação de um guia, o qual explica como funciona e apresenta algumas orientações de como acessar o serviço de tradução e interpretação de libras/ língua portuguesa. Ao fim, espera-se possibilitar uma análise ampla dessas informações para contribuir com o fortalecimento na atuação destes profissionais.

Palavras-Chave: Educação Profissional e Tecnológica; Tradutor Intérprete de libras/língua portuguesa; Libras .

ABSTRACT

This research is based on the investigation of the impacts of implementing the Libras / Portuguese language translation and interpretation service, remotely, at the Instituto Federal Catarinense during the period of the COVID-19 pandemic, covering the years 2020 and 2021. The interest for this research emerged from the experiences of this researcher during this period, working as a translator and interpreter of Libras/Portuguese at the Instituto Federal Catarinense. Therefore, the general objective of this research is to understand the impacts of implementing the Libras / Portuguese language translation and interpretation service, remotely, at IFC during the period of the COVID-19 pandemic, covering the years 2020 and 2021. The methodology is basic in nature, with a qualitative approach, and starts initially by applying semi-structured interviews to IFC's effective translators and interpreters and for data analysis it is intended to be developed through content analysis. Still as a characteristic of the professional master's program in the area of teaching, an educational product will be built, the author's proposal is to prepare a guide, how it works and guidance on how to access the Libras/Portuguese language translation and interpretation service. In the end, we hope to enable a broad analysis of this information to contribute to strengthening the performance of these professionals.

Keywords: Professional and Technological Education; Libras/Portuguese language interpreter; Pounds.

LISTA DE QUADROS

Quadro I - Identificação dos profissionais	48
Quadro II - Categorização	49

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O QUE É LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS?	62
Figura 2 - TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS/ PORTUGUÊS NA EPT	63
Figura 3 - O PAPEL DO TILSP NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	64
Figura 4 - COMO O TRABALHO DO TILP DO IFC É REALIZADO	65
Figura 5 - COM O FLUXO EM LIBRAS	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I - Respostas ao seguimento	67
Gráfico II - Respostas para a primeira pergunta	67
Gráfico III - Respostas para a segunda pergunta	68
Gráfico IV - Respostas para a terceira pergunta	69
Gráfico V - Respostas para a quarta pergunta	69
Gráfico VI - Respostas para a quinta pergunta	70
Gráfico VII - Respostas para a sexta pergunta	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- CONSUPER– Conselho Superior
- COVID-19 – coronavírus disease 2019
- CPD – Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- EaD – Educação à Distância
- EPT– Educação Profissional e Tecnológica
- FEBRAPILS – Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais
- FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
- IE – Intérprete Educacional
- IFC – Instituto Federal Catarinense
- ILS – Intérprete de Língua de Sinais
- INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos
- Libras – Língua Brasileira de Sinais
- LS – Língua de Sinais
- MEC – Ministério da Educação
- OMS – Organização Mundial de Saúde
- PL– Projeto de Lei
- PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
- SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
- SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
- TILSP – Tradutor Intérprete de Língua Brasileira de Sinais-Português
- TILS – Tradutor Intérprete de Língua Brasileira de Sinais
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 Breve Contextualização da Educação Profissional de Tecnológica - EPT	20
2.2 Regulamentação do serviço de Tradução e Interpretação de Libras / Língua Portuguesa	22
2.3 A atuação do Tradutor e Intérprete de Libras / Língua Portuguesa na EPT	27
2.4 O ensino remoto e o trabalho do tradutor e intérprete de Libras no IFC	32
2.5 Retorno ao ensino presencial no IFC e os impactos do ensino remoto na atuação dos TILSP após o período de isolamento social	36
3 METODOLOGIA	42
4 ANÁLISE DOS DADOS	44
4.1. Experiência com interpretação remota na pandemia de COVID-19	49
4.2. Percepção em relação a interpretação de forma remota	51
4.3. Interação entre os profissionais envolvidos	52
4.4. Saúde mental dos TILSP durante atividades laborais	54
4.5. Recursos tecnológicos	56
4.6. Investimento para atuação do TILSP	58
4.7. Pressão aos TILSP para atender demandas de trabalho	59
5 PRODUTO EDUCACIONAL	61
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA	79
APÊNDICE B – PRODUTO EDUCACIONAL	80
APÊNDICE C – AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	81

1 INTRODUÇÃO

O serviço de tradução e interpretação de Libras do IFC teve alterações em sua prestação de serviço, porque vivenciou um momento delicado desde 2020 quando, em dezembro, a Organização Mundial de Saúde - OMS obteve a informação de casos de pneumonia com origem desconhecida em Wuhan, na China (Ministério da Saúde, 2020). A pandemia de Covid-19 se estendeu mundialmente e colocou a necessidade de ensino remoto a todas as modalidades educacionais, incidindo também sobre o trabalho dos intérpretes de Libras educacionais, com novos desafios. Dentre as dificuldades encontradas, destacam-se a ausência de estrutura adequada e de direcionamento profissional para que os intérpretes pudessem atuar em casa (Jordão, 2020).

Soma-se a isto, as condições de trabalho com a divisão de espaços com familiares, questões ergonômicas, foco, produtividade, administração do tempo, da vida profissional e pessoal (Coleta, 2020). Incluem-se nesse rol problemas relativos à velocidade de conexão, materiais para o atendimento via *home office*, computador, resolução da câmera utilizada e tempo de *delay*, além da falta de acesso e indisponibilidade a programas de edição de vídeo para os tradutores intérpretes de Libras. A respeito desta mudança da rotina profissional, juntamente com o excesso de trabalho envolvido durante o período pandêmico, cabe refletir que “se, por um lado, necessitamos do trabalho humano e de seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicita o ser social” (Antunes, 2009, p. 12).

Ser tradutora e intérprete de libras do IFC me possibilitou vivenciar alguns desafios relacionados a esta profissão no contexto da educação profissional tecnológica ao longo dos meus 10 anos de trabalho enquanto servidora efetiva do quadro e certamente o período da pandemia de Covid-19 foi um momento mais complexo, onde nós tivemos que fazer transição do serviço de interpretação presencial para a remota, do dia para noite, sem de fato ter uma consolidação ou identidade profissional dentro da instituição.

A escolha da temática desta pesquisa, se deu também pelo fato desta pesquisadora trabalhar como tradutora intérprete de libras há 15 anos. Do mesmo modo, a pesquisadora participa ativamente desde a sua efetivação no processo de implementação deste serviço no IFC, além de debater essa temática em âmbito nacional com seus pares nos movimentos sociais nos espaços fornecidos pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica- SINASEFE e Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais- FEBRAPILS. Com advento da pandemia e a visibilidade das transmissões na internet emerge, também, a questão da acessibilidade linguística para surdos, o que demandou uma busca mais significativa pela interpretação simultânea remota

do par Libras / Língua Portuguesa. O serviço de tradução e interpretação de Libras do IFC também vivenciou a transição do presencial para o virtual. Neste sentido, a presente pesquisa tem como tema a tradução e interpretação de Libras na EPT, na forma remota.

A partir dos fatos narrados anteriormente, emerge a seguinte problematização da pesquisa, expressada em forma de pergunta problema: Quais os impactos da implementação do serviço de tradução e interpretação de Libras / Língua Portuguesa, na forma remota, no Instituto Federal Catarinense durante o período da pandemia da COVID-19, entre os anos de 2020 e 2021?

Em busca de respostas para indagações, delineamos o objetivo geral desta pesquisa: compreender os impactos da implementação do serviço de tradução e interpretação de Libras / Língua Portuguesa, na forma remota, no Instituto Federal Catarinense durante o período da pandemia da COVID-19, nos anos de 2020 e 2021.

Além disso com o propósito de tornar objetivo o objetivo geral viável foram definidos objetivos específicos:

- Pormenorizar o contexto de operacionalização do serviço de tradução e interpretação no IFC;
- Investigar a realidade das condições de trabalho que os profissionais tradutores e intérpretes de Libras se defrontaram durante a sua atuação profissional no período remoto, durante a pandemia da COVID-19, no IFC;
- Verificar as estratégias que foram utilizadas para a garantia da prestação do serviço de tradução e interpretação remota do IFC;
- Analisar as percepções dos Tradutores Intérpretes de Libras do IFC sobre o trabalho remoto em *Home Office*;
- Descrever a conjuntura da tradução e interpretação pós pandemia no IFC;
- Construir um guia sobre o acesso ao serviço de tradução e interpretação de Libras do IFC, através de produto educacional.

A partir das entrevistas com meus pares, foi possível analisar: a experiência com interpretação remota em libras na pandemia; a percepção em relação a interpretação de forma remota; a interação entre os profissionais envolvidos; a saúde mental dos TILSP; os recursos tecnológicos e investimentos para a atuação profissional; e a pressão sobre os TILSP para atender demandas de trabalho.

A presente pesquisa está vinculada na Linha de Pesquisa Práticas Educativas em EPT e, neste sentido, está inserida no Macroprojeto 2 – Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT, do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do IFC polo Blumenau, na área do ensino.

Deste modo, no próximo capítulo apresento o marco teórico que embasou a minha pesquisa, onde abordei os seguintes temas, a saber: Breve Contextualização da Educação Profissional de Tecnológica - EPT, Regulamentação do serviço de Tradução e Interpretação de Libras / Língua Portuguesa, A atuação do Tradutor e Intérprete de Libras / Língua Portuguesa na EPT , O ensino remoto e o trabalho do tradutor e intérprete de Libras no IFC e Retorno ao ensino presencial no IFC e os impactos do ensino remoto na atuação dos TILSP após o período de isolamento social

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Breve Contextualização da Educação Profissional de Tecnológica - EPT

O desenvolvimento das relações sociais dá início à divisão do trabalho e, conseqüentemente, o estabelecimento da propriedade privada e a concentração dos meios de produção nas mãos de poucos, provocando uma ruptura nas comunidades primitivas e o surgimento da divisão social por classes (Saviani, 2007).

Os seres humanos alteraram a forma de organização social e das perspectivas de trabalho, dando origem ao desenvolvimento da produção por meio da apropriação privada da terra e, conseqüentemente, na divisão inicial dos homens em duas classes sociais: a classe dos proprietários e a dos não-proprietários. Nesse sentido, foi possibilitada à classe dos proprietários viver sem trabalhar, às custas do trabalho da classe dos não-proprietários, os quais não tiveram outra opção a não ser utilizarem das terras de terceiros para produção e manutenção de sua existência e a do dono da terra, titulado como seu senhor (Saviani, 2007).

A educação profissional e tecnológica no Brasil, ao longo da história, serviu aos interesses das classes dominantes e do sistema de produção capitalista, mantendo por muito tempo a dicotomia entre a educação propedêutica, com fins de preparação para a graduação para os filhos da classe dominante, e a educação profissional, exclusivamente técnica para os filhos da classe trabalhadora.

No Brasil, a Educação Profissional inicialmente foi marcada por um caráter assistencialista, porque objetivava atender os marginalizados da sociedade, com a intenção de tirá-los da rua e assim, diminuir os problemas estruturais existentes. Conforme Schenkel (2012, p. 114), esta forma de ensino era destinada “a amparar os órfãos e os desvalidos da sorte”.

Ainda conforme Schenkel (2012), destaca-se a seguir alguns esforços governamentais no período Colonial e Imperial em relação à Educação Profissional: a mesma iniciou em 1809, com a criação do “Colégio de Fábricas”. Em 1816, houve a criação da “Escola de Belas Artes”. Mais tarde, a partir de 1840, foram construídas dez “Casas de Educandos e Artífices”, instaladas em capitais de província para atender “os menores abandonados”; esses esforços visavam a diminuição da criminalidade. Em 1854, por meio de um Decreto, foram criados os

“Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos”. Em 1861, foi criado o “Instituto Comercial do Rio de Janeiro”, que favorecia os diplomados pela instituição para o preenchimento de cargos públicos.

Apesar de já existir antes, foi a partir de 1909 que houve a formalização da Educação

Profissional no Brasil, com assinatura do Decreto no 7.566 em 23 de setembro, pelo presidente Nilo Peçanha, que criou as Escolas de Aprendizes e Artífices para o ensino profissional primário e gratuito.

Castro, Plácido e Schenkel (2020, p. 337) destacam que:

ensino profissional, na perspectiva do Decreto 7.566, figurava mais no plano assistencial do que num programa propriamente educacional. Desta forma, enquanto aos filhos das elites se configurava um projeto de ensino superior, para os pobres restava educação profissional de caráter assistencial, reafirmando as relações de poder herdadas da colônia e do império e de suas bases escravocratas estruturais. Apesar de avanços ocorridos nas políticas educacionais a partir da proclamação da República, a educação profissional no Brasil não perdeu seu caráter assistencialista.

Com o crescimento da industrialização, foi demandada a formação de mão de obra para o mercado de trabalho, período marcado pela Reforma Capanema (1942-1943) e pelas escolas criadas no período militar (Schenkel, 2012). Neste sentido, é

Impossível compreender as nuances da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil sem destacar determinações e disputas dos projetos de nações enredadas na formação do Estado nacional brasileiro. Trata-se de disputas cujas bases são as estruturas produtivas que constituíram a base material da sociedade brasileira que se estruturou de modo a abastecer o mercado externo de gêneros de baixo valor agregado e, ao mesmo tempo, adquirir desse mesmo mercado manufaturados e tecnologias com significativo valor agregado. A diferença de valor das mercadorias reside na densidade técnica e tecnológica contida nas suas determinações, além de outros elementos que de acordo com a economia política constituem o valor. (Castro; Plácido; Schenkel, 2020, p. 337)

Já no ano 1942, com o decreto Decreto no 4.127, as Escolas de Aprendizes e Artífices são transformadas em Escolas Industriais e Técnicas, e começam a ofertar a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. Também nesse período foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai. Em 1943, foi criada a Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial. Em 1946, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac, o Serviço Social do Comércio - Sesc e o Serviço Social da Indústria - Sesi, impulsionando o atendimento em educação profissional (Vieira; Souza Junior, 2016).

No ano 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em Escolas Técnicas Federais. As instituições passaram a ser Autarquias e ganharam autonomia didática e de gestão. Com isso, intensificam a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização.

Em 1990 foram criados mais algumas entidades que vieram a compor o Sistema S, quais sejam: o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar, o Serviço Nacional do

Transporte - Senat, o Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo - SESCOOP e o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa - SEBRAE (Vieira; Souza Junior, 2016).

A Lei Federal número 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em seu Art. 5º, e inciso XXXV, criou o Instituto Federal Catarinense, mediante a integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, de Rio do Sul e de Sombrio. No anexo II desta Lei, vincula-se às seguintes Escolas Técnicas ao IFC, Colégio Agrícola de Camboriú e Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes, colégios que eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil, 2008).

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica foi interiorizada na perspectiva de estimular o desenvolvimento regional, conter mobilidades interregionais e estimular a desconcentração industrial nas regiões tradicionalmente polarizantes, como o Sudeste brasileiro, particularmente São Paulo e Rio de Janeiro. (Castro, Plácido, Schenkel, 2020, p. 351).

Com a expansão, os IFs foram reordenados numa estrutura multicampi com a característica de interiorização, em todos os estados, uma organização pedagógica verticalizada, desde a educação básica até a pós-graduação, e com ações de ensino, pesquisa e extensão. Neste período, por meio da união de cinco instituições escolares, constituiu-se o IFC que, atualmente, possui 16 unidades: 13 campi, dois campi avançado e a Reitoria.

2.2 Regulamentação do serviço de Tradução e Interpretação de Libras / Língua Portuguesa

Ao falar sobre a regulamentação dos TILSP, se faz necessário fazer uma breve contextualização sobre os primeiros relatos da Educação de Surdos no Brasil, que iniciaram em 1855 com a chegada de Eduard Huet, jovem nobre de família francesa, Surdo aos doze anos por consequência do sarampo. Em sua chegada ao Brasil, foi apresentado ao reitor do Imperial Colégio Pedro II, que lhe abriu as portas para fundar a primeira escola de Surdos: o “Imperial Instituto de Surdos Mudos”. Em 1857 o Instituto recebeu o nome de Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES, no qual utilizava-se uma mistura da Língua de Sinais Brasileira, já utilizada nas várias regiões do Brasil (Feneis 2009)

Até 1960, nas instituições educacionais voltadas ao ensino de Surdos, priorizou-se a opção por métodos com a “perspectiva de cura” seguindo os modelos mundiais, que tinham como objetivo principal o desenvolvimento da fala. Focando nas políticas públicas de caráter assistencialista, tinha como proposta tornar os surdos úteis para a sociedade sem depender dos

cuidados do poder público ou da família. Este modelo clínico impõe uma visão estritamente relacionada com a patologia, com o déficit biológico, com a surdez do ouvido, e se traduzia educativamente em estratégias e recursos de índole reparatória e corretiva” (Skiliar, 2010, p. 110). Para o autor, esse modelo valorizava a Língua oral que entendia a surdez como uma “doença” que deveria ser “curada”.

A proposta de incluir o aluno Surdo nas salas regulares, assim como a atuação de intérpretes de língua de sinais em sala de aula, ainda é muito recente, ocorrendo somente a partir do séc XX. A Declaração de Salamanca, em 1994, teve bastante força sendo um marco na história da educação em relação à educação do surdo que além de priorizar a educação para todos, destaca que esse ensino deve ser de qualidade, respeitando as especificidades de cada um. De acordo com este documento, “as pessoas com necessidades especiais devem ter acesso às escolas comuns, e deverão integrá-los numa pedagogia centrada na pessoa, capaz de atender essas necessidades” (Unesco, 1994, p. 23).

Nesse sentido, no Brasil, a Resolução CNE/CEB N° 2, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a educação especial na Educação Básica, orientações específicas para os educandos que apresentarem alguma necessidade educacional especial na educação básica em todas suas modalidades e etapas.

A resolução do Conselho Nacional de Educação diz que

Aos alunos que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis como [...] a Língua de Sinais, sem prejuízo ao aprendizado da Língua Portuguesa, facultando-lhes e às suas famílias opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequadas, ouvido os profissionais especializados em cada caso (Brasil, 2001, p. 3).

Esta resolução reitera a perspectiva de que a questão da educação dos Surdos reside na forma de comunicação, enfatizando o acesso à Língua de Sinais, portanto a necessidade organizar e reconhecer o papel do profissional Tradutor e Intérprete de Libras, o qual é o foco desta pesquisa.

Conforme a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, considera-se que o intérprete é o intermediador de um processo interativo que envolve intenções conversacionais e discursivas com propósito de construir conhecimento (Feneis, 2009). Então os intérpretes educacionais de Libras devem ter um lugar, um espaço de direito e tornam-se imprescindíveis no processo de significação e mediação pedagógica, no contexto educativo (Lacerda, 2006).

No livro intitulado *O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa*, a autora Quadros (2004) orienta a usar o termo Intérprete de Língua de Sinais

ILS para se referir ao profissional que tem como papel interpretar de uma LS para outra língua, seja oral ou de sinais, e o Tradutor como a pessoa que traduz de uma língua para outra envolvendo um processo mais reflexivo. A proposta é também usar o termo Tradutor Intérprete de Língua de Sinais - TILS para se referir ao profissional que traduz e interpreta uma dada Língua de Sinais para uma outra língua, seja ela oral ou de sinais. Sendo assim, podemos dizer que os profissionais que executam tarefas de tradução e também de interpretação das LS, acumulando as duas funções, são chamados de TILS.

Esta pesquisa também se utilizará dos termos defendidos pela autora Quadros (2004) porque os termos apresentados acima (como “ILS”, por exemplo) partem de uma perspectiva multilíngue de que existem outras possibilidades de tradução e de interpretação de Libras para outras línguas e vice-versa, as quais não envolvem necessariamente a LP.

Este destaque é importante, pois existem muitas línguas em uso, não só no Brasil, porque além da Libras, existem registros de outras línguas de sinais em uso, oriundas de comunidades Surdas indígenas; porém a única que obteve reconhecimento legal foi a Libras com aprovação da Lei 10.436/2002. Assim, os profissionais que atuam na tradução e na interpretação de LS no Brasil devem dominar a Libras e a Língua Portuguesa e, por isso, também são denominados Tradutor Intérprete de Libras e Português - TILSP.

No livro *O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa* (Quadros, 2004), o surgimento da profissão de tradutor de pessoas Surdas é oriundo de trabalhos religiosos ainda no período da ditadura militar, na década de 1980. No entanto, somente em 1988 é que irá acontecer o *I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais*, organizado pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos - FENEIS (Brasil, 2007, p. 13).

A atuação do profissional TILSP no Brasil iniciou-se “a partir de atividades voluntárias que foram sendo valorizadas enquanto atividade laboral, na medida em que os Surdos foram conquistando o seu exercício de cidadania” (Quadros 2004, p. 13).

Nas últimas décadas da história dos Surdos brasileiros, uma crescente preocupação pela qualificação e profissionalização dos intérpretes vem emergindo, em função do empoderamento social, político e identitário da comunidade Surda. Conforme os Surdos exerciam sua cidadania, participavam de forma mais ativa na sociedade:

Em 1988, realizou-se o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais organizado pela FENEIS que propiciou, pela primeira vez, o intercâmbio entre alguns intérpretes do Brasil e a avaliação sobre a ética do profissional intérprete. Em 1992, realizou-se o II Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, também organizado pela FENEIS que promoveu o intercâmbio entre as diferentes experiências dos intérpretes no país, discussões e votação do regimento interno do

Departamento Nacional de Intérpretes, fundado mediante a aprovação do mesmo. De 1993 a 1994, realizaram-se alguns encontros estaduais. A partir dos anos 90, foram estabelecidas unidades de intérpretes ligadas aos escritórios regionais da FENEIS. Em 2002, a FENEIS sedia escritórios em São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Teófilo Otoni, Brasília e Recife, além da matriz no Rio de Janeiro. Em 2000, foi disponibilizada a página dos intérpretes de língua de sinais www.interpretels.hpg.com.br. Também foi aberto um espaço para participação dos intérpretes através de uma lista de discussão via e-mail. Esta lista é aberta para todos os intérpretes interessados e pode ser acessada através da página dos intérpretes (Quadros, 2004, p. 15).

Não é de hoje que o profissional Tradutor e Intérprete de Libras se encontra em diversos contextos de atuação. A Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, em seu Art. 18 diz que “O Poder Público implementar a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação” (Brasil, 2000, Art. 18), indicando a necessidade de formação de profissionais que facilitem a comunicação direta com pessoas Surdas. A partir disso, delineou-se o marco histórico fundamental para o processo de reconhecimento desses profissionais, culminando na aprovação da Lei 10.436/2002, que reconheceu a Libras como língua oficial das comunidades surdas brasileiras.

A aprovação dessa Lei representou uma etapa importante para o reconhecimento e a observância da necessidade de formação desses profissionais (Quadros, 2004). Essa legislação regulamenta a profissão do tradutor e intérprete de Libras. Já a Lei 12.319/2012, define como os profissionais dessa área devem possuir competência para realizar a tradução e a interpretação entre o par linguístico Libras - Língua Portuguesa (Brasil, 2012).

A Lei 12.319/2010 regulamenta o exercício da profissão de TILSP. A partir da profissionalização da categoria, definiu as competências, sua formação, suas atribuições, além de determinar um exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras. Essa lei proporcionou contribuições importantes, porém as questões relativas à jornada de trabalho, revezamento, trabalho em equipe e outros não foram contemplados, deixando essas questões abertas ao debate e discussões pela categoria.

O Projeto de Lei 9.382/2017 que trata sobre exercício profissão, e condições de trabalho dos TILSP e guia-intérprete, altera assim a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, falando sobre as condições de trabalho e o exercício profissional do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete da Língua Brasileira de Sinais. A partir disto a Comissão de defesa da pessoa com deficiência da Câmara Federal, aprovou a criação de uma subcomissão especial para discutir e propor regulamentação e outras providências relacionadas ao exercício profissional dos intérpretes, guias intérpretes e tradutores de Língua Brasileira de Sinais

Libras, tais como: carga horária de trabalho, formação em nível superior, piso salarial, atuação em duplas e/ou equipes com revezamento de 30 minutos, extinção de cursos em nível técnico para formação de TILSP, entre outras.

A justificativa para alteração da Lei 12.319/2010 se deu a partir inúmeras contribuições de vários desses profissionais Tradutores e Intérpretes de Libras, além de representantes da comunidade Surda, em manifestações individuais ou por meio dos representantes de várias associações de TILSP e de Surdos, em ciclos de debates promovidos em todas as regiões do Brasil (Febrapils, 2017). Na Câmara dos Deputados, então apresentaram a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CPD até chegar na proposta de projeto de Lei que moderniza a regulamentação da profissão de tradutor, guia-intérprete e intérprete entendendo que a profissão do tradutor e intérprete de Libras, nos termos em que está regulamentada, causa desvalorização e insegurança na atuação do profissional.

Atualmente o projeto tramita no senado, conforme ofício nº 54 FEBRAPILS (2020) no dia 10 de dezembro de 2020. O projeto de lei nº 9382/2017 foi aprovado em plenária pela Câmara dos Deputados Federais e foi encaminhado ao Senado Federal, nomeado como projeto de lei nº 5614 de 2020, para tramitação. A FEBRAPILS, em conjunto com a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS, participou de diversos debates com o governo federal, com o anseio de chegar em uma proposta que pudesse contribuir com um avanço na legislação em prol da atuação de Tradutores, Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais.

O ofício nº 54 (Febrapils, 2020) apresenta justificativas para que o PL nº 5614, de 2020 seja aprovado, se colocando como um avanço significativo, pois descreve os parâmetros mais bem definidos para as demandas de acessibilidade comunicacional. Destaca para a formação em nível superior e garante assim o atendimento em contextos jurídicos, de saúde, de concursos e de provas de seleção e atuação na educação, pois a falta de formação causam risco e dano efetivo no exercício dos direitos dos Surdo.

Existem apontamentos no projeto para que todos os intérpretes que já atuam e possuem a formação já descritas pela legislação atual, a Lei nº. 12.319/2010, sejam resguardados e possam exercer a atividade. O PL também dá destaque sobre a duração da carga horária semanal para o trabalhador de 30 horas semanais, que garante assim maior qualidade ao profissional, respeitando as boas práticas para o exercício da atividade de interpretação. Por fim, o projeto de lei estabelece que a atividade de interpretação e guia-intepretação superior a 01 hora de duração deverá ser realizada em regime de revezamento, com, no mínimo, dois profissionais.

Diante das conquistas da comunidade Surda e do aumento dessa população nas escolas e diversos espaços, concomitantemente houve uma grande demanda pelo serviço do profissional

Tradutor Intérprete de Língua de Sinais, sendo esta a “pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar oral ou escrita” (Quadros, 2004, p.7).

Foi aprovado recentemente no Senado Federal, a lei Lei nº 14.704/2023 que regulamenta a atuação profissional de tradutores(as), intérpretes e guia-intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Esta lei foi atualizada oficialmente, fruto de anos de luta de trabalhadores(as) deste segmento. Ao final de outubro de 2023, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Lei nº 14.704/2023, que atualiza a Lei 12.319/2010. Dentre as novidades trazidas pela normativa estão: a inclusão de guia-intérprete¹, a jornada de 6h diárias/30h semanais e a previsão de revezamento em trabalhos superiores a uma hora.

Mesmo com a nova lei em vigor há vários meses, assegurando avanços nas condições de trabalho deste segmento de profissionais, a legislação ainda não foi aplicada. Então os TILSP seguem na luta pela implementação da lei que ainda não aconteceu. Os TILSP seguem defendendo a urgência desta implementação para que possa garantir melhores condições de trabalho e formação de nível superior, porque assim será possível diminuir a quantidade de “pseudos intérpretes” sem domínio da Libras que atuam profissionalmente como TILSP, os quais prejudicam tanto a comunidade Surda no seu processo de ensino aprendizagem, como a categoria profissional.

2.3 A atuação do Tradutor e Intérprete de Libras / Língua Portuguesa na EPT

Entre os profissionais que atuam diretamente para efetivar práticas de educação inclusiva voltadas ao atendimento dos educandos Surdos destacam-se os TILSP, profissional que tinha inicialmente a previsão legal no Decreto 5.626, de dezembro de 2005, responsável por garantir acessibilidade linguística aos Surdos que frequentam parte da Educação Básica da segunda etapa do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, do Ensino Superior e da Pós-Graduação, interpretando do Português para a Língua de Sinais e vice-versa, os conteúdos propostos e diversos contextos no espaço educacional.

Conforme já mencionado anteriormente, Quadros (2004) destaca que historicamente a

¹ Guia-intérprete é o profissional que domina no mínimo uma das formas de comunicação por surdocegos.

profissão de tradutores e intérpretes de Libras iniciou sua atuação de forma voluntária, sendo que avança em sua valorização conforme as pessoas Surdas conquistam seus direitos linguísticos e mais espaço na sociedade. Com a oficialização da Libras, tornou-se fundamental discutir a importância, o papel e os possíveis espaços de atuação deste profissional em nossa realidade.

A principal conquista foi o reconhecimento da Libras, regulamentação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, através do decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que apresenta relação com a formação do TILSP, conforme o seu artigo 17, que determina que a formação se realize em nível superior em Tradução e Interpretação Libras Português. Em seus artigos 18 e 19 do Decreto, se complementam e ainda se referem à formação e atuação, aceitando a formação em nível médio. Mas, se em 10 anos não houver profissionais com a titulação requisitada no artigo 17, as instituições federais de ensino deverão incluir o seguinte perfil em seu quadro funcional:

I – profissional de nível superior, com competência para realizar a interpretação das duas línguas de maneira simultânea ou consecutiva, e proficiência em tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa, certificada por meio de exame promovido pelo MEC; ou II – profissional de nível médio, com competência para realizar a interpretação das duas línguas de maneira simultânea ou consecutiva, e proficiência em tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa, certificada por meio de exame promovido pelo MEC (Brasil, 2005, p. 4).

O sujeito que deseja atuar profissionalmente como tradutor intérprete de Libras no Brasil precisa obter requisitos necessários a essa formação em nível médio ou nível superior, o que pode se dar por meio de cursos de Bacharelado em Letras Libras. Segundo a Lei 12.319/2010, a formação em nível médio pode ocorrer através de:

I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou; II - cursos de extensão universitária; e III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III (Brasil, 2010, art. 4º, incisos I - III).

No Decreto nº. 5.626/2005, a atuação dos TILSP foi claramente dividida conforme sua formação: de nível superior, com proficiência em Libras, para atuar no ensino médio e superior; de nível médio, com proficiência em Libras, para atuar no ensino fundamental. Tudo isso enquanto o curso de Letras Libras seria difundido pelo país, qualificando profissionais para atender o requisito do artigo 17. Seria uma espécie de flexibilização emergencial, que vigorará durante 10 anos.

Com a Lei 12.319/10 de 1º de setembro de 2010, trouxe um direcionamento quanto às

competências e atribuições, bem como afirma sobre a necessidade de TLSP inseridos no contexto comunitário onde estão inclusos os serviços e repartições públicas:

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa. [...] Art. 6º São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências: I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdoscegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa; II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos; IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais. (Brasil, 2010, art. 2º e 6º, incisos I - V).

Com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência conhecida também como LBI, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que visa a assegurar e a promover, em igualdade de condições com as demais pessoas, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania, dá uma instrução mais elaborada e coerente em relação à atuação do TILSP. Ela diz que o poder público deve assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar a formação e disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras.

E o § 2º do artigo 28, desta mesma lei, destaca que: I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras; II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras. (Brasil, 2015, Art. 28, §2º, incisos I - II).

Esta é a marca de um avanço, porém a discussão não deve se encerrar por aí. Todos os critérios e a legislação devem ser observados ao se contratar os serviços de um profissional TILSP, a fim de evitar que pessoas com conhecimentos superficiais atuem como expertos, conforme Nota Técnica nº 01/2017 da Febrapils. Nas possíveis áreas de atuação, os tradutores intérpretes de Libras podem realizar seus trabalhos nos contextos educacional, jurídico, midiático, de saúde, entre outros; sendo que o primeiro contexto é o foco da abordagem deste projeto de pesquisa.

O Intérprete Educacional é profissional ILS, que é o profissional que atua no contexto

educacional denominado como Intérprete Educacional. Segundo Quadros (2004), o ILS é aquele que pode trabalhar em qualquer esfera no âmbito educacional, atuando nas instituições de ensino fundamental e médio, de educação profissional, de nível superior e de pós-graduação. Com relação à essa especificidade, no livro *O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa* destaca-se que:

O intérprete sempre está diante de situações completamente inusitadas a todo instante. As situações levantadas são apenas possibilidades e podem jamais vir a acontecer na sua atuação enquanto intérprete de língua de sinais. No entanto, quanto mais você pensa e reflete sobre todas as situações possíveis, mais você estará preparado para tomar uma decisão e uma postura ética diante de um contexto novo (Brasil, 2007, p. 39).

Sabe-se que a atuação ou presença do intérprete educacional por si só não garante acessibilidade necessária ao educando Surdo. Além disso, há outros fatores extremamente relevantes que podem influenciar no processo de ensino e aprendizagem nos espaços educativos. Segundo Lacerda (2009, p. 85), “não é possível permitir que os alunos Surdos, frente às dificuldades de acesso aos conhecimentos que já enfrentam por sua condição linguística singular, sejam acompanhados por pessoas sem formação”; portanto, os Surdos não podem ser negligenciados em sua educação sendo acompanhados por qualquer uma pessoa que se diz fazer o trabalho educacional do intérprete. Com relação ainda a formação como fator importantíssimo e necessário para a atuação do TILSP, salienta-se que o intérprete é um profissional que deve apresentar as seguintes competências:

- (1) competência linguística - habilidade em manipular com as línguas envolvidas no processo de interpretação (habilidades em entender o objetivo da linguagem usada em todas as suas nuances e habilidade em expressar corretamente, fluentemente e claramente a mesma informação na língua alvo), os intérpretes precisam ter um excelente conhecimento de ambas as línguas envolvidas na interpretação (ter habilidade para distinguir as ideias principais das ideias secundárias e determinar os elos que determinam a coesão do discurso).
- (2) competência para transferência - não é qualquer um que conhece duas línguas que tem capacidade para transferir a linguagem de uma língua para a outra; essa competência envolve habilidade para compreender a articulação do significado no discurso da língua fonte, habilidade para interpretar o significado da língua fonte para a língua alvo (sem distorções, adições ou omissões), habilidade para transferir uma mensagem na língua fonte para língua alvo sem influência da língua fonte e habilidade para transferir da língua fonte para língua alvo de forma apropriada do ponto de vista do estilo.
- (3) competência metodológica - habilidade em usar diferentes modos de interpretação (simultâneo, consecutivo, etc.), habilidade para escolher o modo apropriado diante das circunstâncias, habilidade para retransmitir a interpretação, quando necessário, habilidade para encontrar o item lexical e a terminologia adequada avaliando e usando-os com bom senso, habilidade para recordar itens lexicais e terminológicas para uso no futuro.

- (4) competência na área - conhecimento requerido para compreender o conteúdo de uma mensagem que está sendo interpretada.
- (5) competência bicultural - profundo conhecimento das culturas que subjazem as línguas envolvidas no processo de interpretação (conhecimento das crenças, valores, experiências e comportamentos dos utentes da língua fonte e da língua alvo e apreciação das diferenças entre a cultura da língua fonte e a cultura da língua alvo).
- (6) competência técnica - habilidade para posicionar-se apropriadamente para interpretar, habilidade para usar microfone e habilidade para interpretar usando fones, quando necessário (Quadros, 2004, p. 73).

Percebe-se que o fato de dominar a Libras não garante subsídios - por si só - para ser um profissional TILSP que assegura o processo de inclusão do sujeito Surdo. Além disso, através de sua atuação, embora exista uma legislação específica, e por se tratar de um processo de inclusão do estudante Surdo que representa uma minoria linguística, faz-se importante ressaltar as barreiras apontadas na Lei 13.146/2015, popularmente conhecida como *Estatuto da Pessoa com Deficiência*. Destaca-se aqui duas delas, pois se entende estas como sendo as que melhor se aplicam ao contexto desta pesquisa:

- d) **barreiras nas comunicações e na informação:** qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) **barreiras atitudinais:** atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas (Brasil, 2015, Art. 3º, inciso IV, d-e) (grifo nosso).

Ainda conforme o *Estatuto das Pessoas com Deficiência*, os Surdos têm direito assegurado a um intérprete para acompanhá-los em todas as aulas nas quais estejam matriculados. Também se registra, na referida Lei, a formação necessária em cada nível de ensino. Para atuação na Educação Básica, os intérpretes devem ter, no mínimo, ensino médio completo e certificado de proficiência em Libras. Já para o ensino superior, devem também ser graduados, com habilitação prioritariamente em tradução e interpretação da Libras (Brasil, 2015).

O intérprete educacional atua no contexto da educação, atuando de modo que possa atender aos seguintes critérios:

Administram o tempo/discurso no papel de intérprete, como interlocutor (recebem a informação) e como locutor (enunciam em outra língua); Reportam ao professor a condição de participação do aluno surdo nas atividades desenvolvidas em sala de aulas; Incentivam o aluno surdo a participar das aulas expondo suas dúvidas e opinião; Explicam ao aluno surdo normas interativas, os papéis de diferentes agentes em atividade educacional; Complementam informações, orientam os alunos surdos com relação às atividades em classe extraclasse; Procuram trabalhar colaborativamente com os professores (Albres, 2015, p. 94).

Em suma, com estas perspectivas históricas e políticas, no Brasil, esses profissionais enfrentam a cada dia novos desafios em suas atividades laborais, além da sua formação. Cada ano que passa, se faz necessário mais reformulações quanto à formação dos tradutores intérpretes de língua de sinais. Outro ponto importante é a especificidade que a Libras possui, pois com a falta de regulamentações específicas com muitas lacunas que permite que muitas pessoas se passem por tradutores intérpretes de Libras sem os requisitos necessários que vai muito além do domínio da Libras, prejudicando os Surdos e também a categoria de profissionais TILSP.

2.4 O ensino remoto e o trabalho do tradutor e intérprete de Libras no IFC

Desde que o novo coronavírus se espalhou, alcançando o status de pandemia, algumas mudanças foram necessárias para evitar a contaminação em massa e não lotar os leitos de hospitais. Para diminuir o contágio, cuidados com a higiene pessoal foram intensificados. Assim, álcool 70% e máscaras se tornaram rotineiros, do mesmo modo que evitar levar as mãos aos olhos e à boca e o distanciamento social se tornaram medidas essenciais à contenção do vírus e proteção da vida (Alverine, 2020), além da vacinação.

O âmbito educacional também foi afetado pela pandemia, exigindo normativas que orientassem as ações dos diferentes sistemas de ensino. Com a publicação da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, pelo Ministério da Educação - MEC, voltada às instituições de ensino superior, possibilitou o ensino remoto como uma forma emergencial para a continuidade dos estudos (Arruda, 2020). O ensino remoto é diferente da Educação à Distância - EaD, pois as aulas, nessa modalidade, são ministradas e transmitidas em tempo real através de *lives* ou webconferências, como também de modo assíncrono, porém sem o uso obrigatório de algum Ambiente Virtual de Aprendizagem como o Moodle, por exemplo.

O IFC atuou com as Atividades Remotas, tomando por base a Resolução nº. 018 Consuper/2020 (a qual Dispõe sobre a realização de atividades de ensino remotas nos cursos de qualificação Profissional, Educação de Jovens e Adultos, Técnico de Nível Médio e Superiores ofertados pelo Instituto Federal Catarinense [IFC] em virtude da Pandemia COVID-19) e a Nota Técnica 10/20204 (que regulamenta as Atividades de Ensino Remotas), assegurando assim o ensino e a aprendizagem nas aulas síncronas e assíncronas para todos os alunos do IFC.

Adaptar-se a essa nova forma de ensinar, aprender e interpretar é um enorme desafio não só para os educandos e os professores, mas para as famílias, que também foram afetadas

com essa nova forma de ensino. Da mesma forma, os intérpretes de Libras precisaram adequar-se rapidamente reorganizando algum espaço da sua casa para montar um ambiente minimamente apropriado como, por exemplo, boa iluminação, além de aprender as tecnologias que foram utilizadas nessa modalidade de ensino.

Conforme Antunes (2009), existe a necessidade de uma constante especialização do trabalhador, que precisa se adequar às novas funções, e a busca por essa especialização é de responsabilidade individual e não da empresa em que ele está inserido. Incute-se no trabalhador a responsabilidade e a necessidade de constante evolução em conhecimentos e técnicas, para que ele esteja sempre preparado e adequado para a sua função. Isso foi o que aconteceu com os profissionais Tradutores Intérpretes de Libras, principalmente durante a pandemia, pois para assegurar a garantia do direito linguístico do Surdo foi necessário o profissional montar uma estrutura de trabalho usando um grande espaço da sua casa e de sua família além de utilizar equipamentos pessoais que fornecessem condições mínimas necessária para a prestação do serviço.

Na EPT, os TILSP geralmente cumprem jornadas de trabalho entre 20 e 40 horas. Essa jornada frequentemente é cumprida no pleno exercício da atividade tradutória. Desse modo, esses profissionais passam de quatro a oito horas traduzindo e interpretando aulas e demais atividades pedagógicas que compõem o contexto educacional. Sabe-se que essas longas jornadas de trabalho podem levar o profissional a um aumento gradual do seu cansaço. Kroemer e Grandjean (2005, p. 153) definem que:

Uma sensação de cansaço não é desagradável quando se pode descansar, mas é dolorosa quando não se pode relaxar. Há muito se sabe, pela simples observação, que o cansaço, assim como a sede, a fome e sensações similares, é um dos mecanismos de proteção da natureza. O cansaço desencoraja a sobrecarga e fornece um tempo para a recuperação, para que os processos normais de restabelecimento possam acontecer em todo organismo.

E com relação à mudança de modalidade de ensino presencial para o ensino remoto emergencial, para os alunos Surdos, foi imprescindível que os intérpretes de libras estivessem presentes em todas aulas remotas síncronas e assíncronas, de modo que o serviço de tradução e interpretação remota no contexto educacional, teve uma intensa jornada de trabalho. Essa elevada carga horária de trabalho, algo vivenciado antes mesmo da pandemia e por conta da regulamentação ainda fragilizada, gera uma certa instabilidade profissional porque é uma profissão ainda rodeada de incertezas. Sem um direcionamento na prestação deste serviço, experiências vivenciadas pelos TILS corroboram com o que é definido por Antunes quanto ao

trabalho precarizado, “a classe-que-vive-do-trabalho” se referindo a classe que vende sua força de trabalho, principalmente os produtivos, como os trabalhadores das indústrias, incluindo também os trabalhadores improdutivos, como os servidores públicos, trabalhadores do setor de serviços e que não geram mais-valia de forma direta (Antunes, 2009).

O trabalho de interpretação de qualquer língua pode acontecer “tanto presencialmente” quanto “à distância” ou “de forma remota”. No primeiro caso, ocorre quando todos os que irão participar no ato que necessita de acessibilidade de comunicação estiverem no mesmo local e espaço físico. Já no segundo caso, o intérprete está no mesmo local que um dos participantes do ato que necessite de acessibilidade de comunicação e, o último, relaciona-se à acessibilidade de comunicação através da interpretação por videoconferência ou gravação de vídeo (Furtado, 2013).

Na interpretação remota, realizada à distância ou quando o intérprete não se encontra no mesmo local e espaço físico onde irá acontecer o ato que garanta o direito linguístico, como também não está no mesmo lugar que os mediadores, palestrantes, emissores da oralidade, são necessários meios audiovisuais que façam com que ele veja, mesmo que parcialmente, o público (Furtado, 2013).

Com o advento da evolução tecnológica digital, a conectividade se dá entre pessoas de diferentes lugares do planeta. Sanford (2014) aponta que esse momento possibilitou aumento no número de reuniões e eventos, aproximando sujeitos usuários de diversas línguas e diferentes localidades geográficas através dos recursos e plataformas do ciberespaço. A partir disso, se torna cada vez mais necessária a interpretação para intermediar esses momentos, ampliando significativamente a demanda por intérpretes de línguas, que vêm para ficar e se estabilizar nesse mercado de trabalho.

É fundamental ressaltar que a interpretação remota não era algo novo para as línguas de sinais, pois há inúmeras iniciativas de oferta deste trabalho por meio remoto. A empresa *Viável Brasil* foi a que protagonizou o pioneirismo em oferecer esse serviço de interpretação remota no Brasil, buscando oportunizar independência aos sujeitos Surdos usuários da Libras em qualquer contexto que houvesse essa necessidade (Zovico, 2012).

Signumweb, outra empresa de extrema relevância com o foco de atuação remota, foi criada para quebrar as barreiras de acessibilidade comunicacional dos sujeitos Surdos e empresas prestadoras de serviços através de uma plataforma de videoconferência (Rocha, 2018). Esses são alguns dos exemplos que mostram como a interpretação remota tem sido uma modalidade de extrema relevância para garantia do direito linguístico para as pessoas Surdas e em diferentes contextos sociais, salientando-se que as tecnologias viabilizaram e ampliaram a atuação remota.

No dia 27 de maio de 2020, a FEBRAPILS lançou uma nota técnica sobre a interpretação remota, buscando orientar os TILS quanto às formas de melhor oferecer seus serviços de interpretação. A partir da orientação de isolamento social e a determinação do trabalho remoto, diversas atividades que antes aconteciam de forma unicamente presencial precisaram se transpor para o ambiente virtual. Assim, os profissionais envolvidos nessas atividades também tiveram que se moldar a essa nova forma de relacionar-se.

Diante dessa realidade de pandemia, a atuação dos TILSP passou a se dar quase que exclusivamente de forma remota. Observa-se que teve seu início por meio da interpretação de *lives* no contexto cultural e foi se estendendo para os diversos contextos sociais, inclusive o educacional. Conforme a FEBRAPILS:

A condição de interpretação remota, reforça-se ainda mais a necessidade de uma equipe, pois as condições de trabalho exigem do profissional a atenção a outros aspectos tecnológicos, que não são da sua responsabilidade na situação de interpretação presencial. Nesse sentido, recomendamos que o trabalho remoto seja sempre realizado em equipe, ou seja, com no mínimo 2 intérpretes (Febrapils, 2020, p. 09).

A interpretação remota se apresentou como um desafio para os profissionais TILSP, sendo que essa exigiu uma competência para usar os aparelhos eletrônicos (notebooks, câmeras, celulares, microfones e iluminação), *softwares* e plataformas de reuniões, para sua efetiva atuação. Equipamentos esses que não eram necessários, por parte do TILSP, no seu trabalho de forma presencial. A necessidade desse conhecimento fez com que a FEBRAPILS editasse a referida nota técnica para orientar os profissionais TILS no exercício de sua função.

O documento destaca, prioritariamente, duas situações de interpretação: “videoconferência com interpretação somente na direção Língua Portuguesa para Libras” e com um maior número de participantes e a “situação de videoconferência que exige interpretação nas duas direções”, com número reduzido de participantes. As orientações foram subdivididas em cinco categorias, a saber: local para a realização do trabalho; se tem uma boa conectividade e equipamentos necessários; enquadramento para interpretação; se o trabalho é realizado em equipe; e se mantém a confidencialidade.

A nota técnica orientou como deveria ser a parede utilizada para interpretação. A parte de trás tem que ser da cor neutra, não podendo conter objetos ou qualquer elemento causador de ruídos visuais. A parede deve ter dois metros de largura, utilizar um lugar calmo, que não tenha interferência de pessoas ou animais de estimação. Precisa ter iluminação adequada e para que o TISLP possa ouvir bem é necessário um lugar sem barulhos; se na casa tiver mais familiares, comunicar que está trabalhando, que não pode ser interrompido durante a interpretação de Libras, a fim de que o Surdo não deixe de receber as informações (Febrapils,

2020).

Cabe ressaltar que esse documento não trouxe nenhuma orientação para as Instituições Federais de ensino, então coube aos profissionais intérpretes absorverem essas orientações para atender os sujeitos Surdos e assim, adaptando-se em sua respectiva realidade e condição de trabalho (para uma prática tradutória em um espaço domiciliar e com diversas demandas existentes para a interpretação acontecer em ambiente virtual de ensino), consiga traçar possíveis estratégias e caminhos para garantir ao estudante Surdo a acessibilidade linguística.

2.5 Retorno ao ensino presencial no IFC e os impactos do ensino remoto na atuação dos TILSP após o período de isolamento social

O contexto pandêmico de covid-19 obrigou as Instituições de ensino a executarem de diversas alterações e adaptações que foram necessárias nas dinâmicas para a organização dos processos de ensino-aprendizagem. Estas mudanças foram vivenciadas ao longo do período em que o IFC ofertou suas atividades exclusivamente em trabalho remoto. Foi uma grande ruptura nunca experimentada no contexto educacional. O retorno à presencialidade, após dois anos de trabalho remoto, seguiu-se de forma gradual conforme as orientações do Memorando Circular nº 182/2021 - PROEN/REIT, publicado no dia 08 de outubro de 2021.

Conforme o referido memorando, as orientações encaminhadas foram específicas para as diferentes situações do dia-a-dia da Instituição, sendo elas: o acolhimento no retorno às aulas presenciais, as estratégias para o ensino, contexto de avaliação, a oferta de componentes curriculares, o registro de frequência e o cômputo da carga horária docente.

Inicialmente o IFC comunicou que o retorno seria aos poucos, e com todas as precauções necessárias, foi exigido apresentação de comprovante de esquema vacinal completo contra a Covid-19 a toda comunidade do IFC, para assim permitir o acesso de estudantes, servidores, estagiários, trabalhadores terceirizados e demais visitantes às suas dependências físicas. Todas as exigências descritas acima estão melhor detalhadas na Portaria Normativa Nº 05/2022. Esta portaria teve como principal intenção garantir a segurança sanitária à comunidade acadêmica do IFC, principalmente para a garantia do retorno seguro do ano letivo e da totalidade das atividades presenciais em 2022.

Conforme a Portaria Normativa nº 05/2022, do dia 12 de fevereiro, os estudantes e servidores que não apresentarem a comprovação deverão apresentar teste negativo de Covid-19; caso contrário, estarão impedidos de frequentar as instalações do IFC.
As

consequências do descumprimento da norma são diferentes para cada categoria. Os estudantes terão registrada ausência, o que pode levar à reprovação por falta e/ou nota e poderão ainda ter sua participação em editais de Ensino, Pesquisa e Extensão ou Assistência Estudantil reavaliada. Aos servidores seria considerado falta ao serviço, podendo ser responsabilizado.

O comprovante da vacina foi recomendado do Comitê de Crise criado pelo IFC para tratar do contexto da à pandemia e considerando o aumento dos casos de Covid-19 que houve em Santa Catarina causados pela variante Ômicron. Além disso, se baseou no Plano de Contingência elaborado para o contexto do coronavírus e a Portaria nº 730/2021, que determinava a obrigatoriedade da vacinação de todos os servidores da instituição.

De maneira geral, as orientações na prática diária para o retorno seguro conforme o guia do Ministério da Saúde seria: utilização de máscara constante por alunos e profissionais de educação e qualquer outra pessoa que eventualmente acessem a escola; além de protetores faciais pelos profissionais de educação; manter os ambientes limpos e ventilados; monitorar a temperatura dos estudantes e profissionais ao chegarem ao ambiente escolar; orientar a higienização das mãos e punho antes da entrada na sala de aula; limitar as interações em grandes grupos e manter o espaço físico de no mínimo um metro entre os estudantes dentro e fora da sala de aula.

Com o contexto pandêmico, pode se dizer que houve uma ressignificação quanto a atuação do profissional tradutor e intérprete de Libras que foi viabilizado pelos meios digitais, modificando sua percepção referente à comunicação e interação no mundo. Foi através dos TILSP que as informações referentes à pandemia do Covid-19 e as ações que seriam realizadas chegaram aos estudantes e servidores surdos. O foco de atuação, portanto, foi viabilizado por meio de acesso ao material disponibilizado por meios digitais.

O Parecer CNE/CP nº 11/2020, apresenta Orientações Educacionais para a Realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da pandemia, orientando os sistemas de ensino que definirem o retorno educacional presencial para todos os estudantes incluindo o público da Educação Especial, no contexto da pandemia.

Nos contexto de Ensino que optarem pelo retorno às atividades escolares e de atendimento educacional especializado presencial, a oferta destes serviços devem considerar as seguintes recomendações específica para os sujeitos Surdos e profissionais TILSP: é sugerido o uso de máscaras de material transparentes nas salas de aula onde a LIBRAS seja a língua utilizada, onde haja estudantes Surdos sinalizantes, considerando que as máscaras opacas que não impeçam a comunicação, visto que as expressões faciais são consideradas essenciais para a comunicação em libras; também sugere o uso de máscaras transparentes nas salas de aula onde tenha estudantes com deficiência auditiva oralizados, para que não prejudiquem a leitura labial;

sempre que possível é recomendado que toda a comunidade escolar utilize máscaras transparentes para possibilitar a socialização de estudantes com deficiência auditiva ou Surdos.

De maneira geral os TILSP ao retornaram aos seu espaços de trabalho do IFC cada um em seu campus de lotação e sabe-se que na sua grande maioria que retornaram a presencialidade, pois tinha estudantes Surdos matriculados que voltaram a frequentar a instituição seguindo os protocolos de segurança o escalonamento da turma e respeitando o retorno gradual. Além disso, foi necessário buscar alternativas para comunicação efetiva mesmo com o devido distanciamento e garantir acessibilidade de comunicação aos surdos.

No IFC, das suas 16 unidades em apenas 07 campi possui um TILSP lotado, sendo que apenas um campus possui 03 profissionais . O serviço de tradução e interpretação retornou possivelmente a ser sem revezamento, diferente do que acontecia por meio das plataformas digitais, pois era possível realizar e diminuir a distância entre os profissionais. Sobre este assunto, a nota técnica da Febrapils (2017, p. 2) traz a seguinte orientação:

O trabalho de interpretação e guia-interpretação quando realizado por apenas uma pessoa durante longos períodos prejudica a qualidade na interpretação, uma vez que, devido ao intenso esforço cognitivo maior número de omissões podem ocorrer e o profissional perde a capacidade de se auto monitorar em sua produção.

É importante destacar que o cansaço físico e mental pode prejudicar a qualidade da interpretação, pois inicia-se um processo de fadiga mental que afeta a produção da mensagem” (Febrapils, 2017, p. 2). Com o contexto pandêmico, pode se dizer que houve uma resignificação quanto ao serviço e atuação do profissional tradutor e intérprete de Libras que foi viabilizado pelos meios digitais, modificando sua percepção referente à comunicação e interação no mundo. Foi através dos TILSP que as informações referentes à pandemia do Covid-19 e as ações que seriam realizadas chegaram aos estudantes e servidores surdos. No ensino presencial, este revezamento deve permanecer.

O foco de atuação, portanto, foi viabilizado por meio de acesso ao material disponibilizado por meios digitais, além de contar com o trabalho em equipe que antes não era garantido. Ao retornar a presencialidade surgem as reflexões frente aos desafios encontrados diante da realidade vivida pela rede federal de ensino. O serviço de tradutor e intérprete de Libras teve sua demanda ampliada durante a pandemia e com o retorno ao presencial não se sabe ao certo se será possível garantir o número mínimo de profissionais com condições de trabalho necessárias para garantir a acessibilidade de comunicação da instituição.

Durante o ano de 2019, foi extinta a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI, pelo ministro da educação Ricardo Vélez, durante a gestão

do governo Bolsonaro. Este órgão era responsável pelos programas, ações e políticas de educação especial, educação de jovens e adultos, educação de campo, educação escolar indígena e quilombola, educação para relações étnico-raciais e direitos humanos.

Mesmo com o discurso em libras da primeira dama na posse do presidente, no dia 01 de Janeiro de 2019 e em 2020 ter ocorrido a comemoração dos 10 anos da lei que regulamenta a sua profissão (TILS), nenhum avanço foi dado, muito pelo contrário. Hoje podemos contar com lives presidenciais, comunicados do governo e todos eles garantindo a tradução e interpretação em Libras em suas transmissões. Neste caso o presidente tem profissionais TILSP, mas os Surdo não têm a mesma garantia. Chegam nas instituições sem este serviço garantido, visto que neste mesmo governo presenciaram o Decreto 10.185, de 20 de dezembro de 2019, que provocou a extinção do provimento de vagas para intérpretes de Libras, por exemplo.

Diante disso, a rede federal de ensino se viu obrigada a realizar a contratação precarizada dos TILSP por meio da terceirização, que é conceituada como:

A transferência para uma empresa de prestação de serviços especializados (prestadora) dos serviços não ligados ao objetivo econômico (atividade-fim) da empresa contratante (tomadora), sendo que os serviços serão realizados através dos empregados da prestadora, dentro ou fora da empresa tomadora. (Campos, 2004, p. 296).

Diante disso, conforme o autor, isso reflete sobre a flexibilização dos direitos trabalhistas e que muitas vezes podem influenciar na experiência e formação que os profissionais têm. Além disso, não é tão fácil contratar TILSP nas instituições localizadas em cidades onde não há vários profissionais formados e capacitados para atuar como profissionais.

Na época da extinção dos cargos efetivos para TILSP, a comunidade Surda, em 2019, divulgou nota de repúdio ao Decreto nº. 10.185/2019, porém não foi atendida pelo governo em questão e a profissão ficou a mercê do voluntarismo e à precarização, induzindo de certa forma as pessoas que não têm formação adequada e nem conhecimento do código de ética da profissão a aderi-la se apresentando como profissional da área sem realmente ser.

Até então, pouco se sabe como essa realidade irá ficar. Claro que terá uma nova roupagem, com mudanças que principalmente impactam o contexto da educação, como por exemplo, a adoção do ensino EaD, ou a tradução e interpretação de Libras de reuniões com o uso de tecnologias mas cabe a pergunta: em que condições será prestado esse serviço EaD?

O papel do tradutor e intérprete Libras, principalmente do contexto educacional, se encontra num momento de reconstrução identitária, pois para a implementação do ensino EaD algo que não tem mais volta então se faz necessária uma preparação dos sistemas educacionais como exemplo estúdio equipados, bem como, a preparação dos profissionais TISLP que

passaram por uma pandemia improvisando um espaço *studio home*, além de terem que investir em equipamentos que garantisse acessibilidade de comunicação dos estudantes surdo. Então, se faz necessário além do acesso a equipamentos e espaço adequado para prestar um serviço com excelência, também se faz necessário formação para o uso de tecnologias e destas ferramentas.

Quando se fala de interpretação no contexto educacional - os variados impactos ainda serão identificados no decorrer desta pesquisa e de outras que vierem a surgir - o que já é possível de identificar que a falta de concursos começam a afetar no contexto educacional como um todo, pois a demanda de alunos têm tendência a aumentar diante de toda a visibilidade alcançada nas transmissões no período da pandemia. Em contrapartida os cargos de TILSP de nível E e D estão extintos, logo em instituições onde se “assume” que tem inclusão na sua missão, não conseguem garantir profissional TILSP em todos os espaços de ensino.

Neste sentido, abaixo, apresento em tópicos os os impactos da pandemia com relação ao serviço de tradução e interpretação:

- Ausência de concurso;
- Ampliação do serviço;
- Absorção de novas atribuições;
- Uso das ferramentas Tecnológicas;
- Ausência de suporte técnico;
- Sobrecarga de trabalho;
- Ausência de estrutura física para atuação;
- Uso de máscara transparente;
- Distanciamento do estudante;
- Ausência de formação.

Ao retornar às instituições de ensino diante de toda a adversidade que se vivencia no Brasil atualmente, corrobora também com a autora Quadros (2007), a qual afirma que “seria impossível atender às exigências legais que determinam o acesso e a permanência do aluno na escola, observando-se suas especificidades sem a presença de intérpretes de Línguas de Sinais” (Quadros, 2007, p. 59). Desta forma, sem profissionais TILSP para atender os sujeitos Surdos não se garante minimamente a inclusão de alunos surdos na rede federal.

No ápice da pandemia e atualmente, após o período de isolamento social, compreende-se a grande importância que mundo digital, assim como entende-se que “A internet é parte de uma revolução tecnológica, que vem mudando as estruturas produtivas, desde meados do século XX” (Kruppa et al., 2020, p. 1). Diante disso, Quadros (2004) também destaca que não basta o

TILS ter apenas conhecimento na língua, é importante ele ter uma boa fluência e ser versátil para interpretá-las.

Na pandemia o tradutor e intérprete de Libras, além de ter o que Quadros sugeriu, no momento pandêmico absorveu também algumas habilidades e demandas para garantir a acessibilidade linguística para os estudantes Surdos e agora com o retorno presencialidade todos esses aspectos devem refletir no contexto de ensino aprendizagem, e principalmente é possível que isso impacte diretamente a forma de prestar o serviço de tradução e interpretação de Libras do IFC, além de que é necessário disponibilizar condições de trabalho como estrutura, revezamento, mais profissionais efetivos, equipamentos e capacitação para uso das tecnologias para efetiva prestação do serviço que garanta acessibilidade aos estudantes surdos com qualidade. Com o aprofundamento desta pesquisa será possível refutar ou não esses impactos além de apontar outros não mencionados por mim podendo mensurar os impactos que a pandemia causou aos TILSP.

3 METODOLOGIA

A pesquisa que foi realizada é de natureza aplicada, pois teve como objetivo constituir conhecimentos para aplicabilidade prática à solução do problema estabelecido nesta pesquisa (Prodanov; Freitas, 2013). Quanto à abordagem, considera-se qualitativa, pois “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 70).

A pesquisa é exploratória, pois conforme Gil (2010, p. 27) a mesma visa “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado”. A construção de dados foi elaborada a partir da revisão de literatura e da realização de entrevistas que aconteceram em ambiente virtual, com os profissionais que atuaram na Instituição no período de 2020 e 2021.

Para a análise dos dados, tomamos por base a Análise de Conteúdo. De acordo com Bardin (2011), durante o processo de análise de conteúdo, as categorias poderão ser criadas *a priori* ou *a posteriori*, isto é, a partir apenas da teoria ou após a coleta de dados. Nesta pesquisa optou-se por ser *a posteriori*, ou seja após a coleta de dados, pois será construída após os resultados e um tratamento de elementos como frases e/ou palavras.

Com os dados transcritos, inicia-se a leitura flutuante. Em seguida, passa-se a escolha de índices ou categorias, que surgirão das questões norteadoras ou das hipóteses, e a organização destes em indicadores ou temas. Os temas que se repetem com muita frequência são recortados “do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidades de codificação para o registro dos dados” (Bardin, 2011, p. 100).

A inferência na análise de conteúdo é um instrumento de indução (roteiro de entrevistas) para se investigar as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferência ou indicadores, referências), segundo Bardin (2011).

Nesta etapa de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, são comparados todos os dados, de acordo com as categorias estabelecidas. As inferências levam a interpretações do que consta ou das omissões nos objetos da pesquisa. No fim, propõe-se a elaboração do produto educacional com os resultados da análise.

Os TILSP foram convidados a participar da pesquisa de forma individual via *e-mail* e os seus dados pessoais serão preservados. A participação dos entrevistados foi voluntária e mediante apresentação da metodologia e dos riscos e benefícios do ambiente virtual ou físico, também sendo garantido ressarcimento quando necessário, além da assinatura de termo de consentimento livre esclarecido - TCLE.

Após uma breve aproximação com o tema a ser trabalhado, para a realização da revisão de literatura, foi efetuado o levantamento das produções bibliográficas e pesquisas sobre o assunto, utilizou-se buscadores acadêmicos, tais como: Periódicos CAPES, SciELO e Google Acadêmico, sendo utilizado como recursos, também, livros, revistas eletrônicas, artigos, monografias, teses e dissertações armazenadas em sites e repositórios acadêmicos e outros recursos que venham a contribuir para a elaboração desta pesquisa.

Foram convidados todos os TILSP do quadro efetivo do IFC, público alvo desta pesquisa, os quais atuaram de forma remota na instituição no período de 2020 a 2021, durante a pandemia da Covid-19. A população que foi considerada para a entrevista serão 04 profissionais TILSP e distribuídos pelos campi e reitoria do IFC, identificados e nomeados em concursos públicos nos anos de 2014 e 2016; foram excluídos desta pesquisa os TILSP afastados por motivo de saúde, além dos profissionais que não são efetivos no quadro funcional do IFC. Desta forma, a amostra considerou 100% desta população, com base nos servidores que trabalharam nesse período.

A pesquisa permite entender como se deu o processo de implementação do serviço de

tradução e interpretação de Libras remota do IFC trazendo à tona os desafios e possibilidades encontradas por esses profissionais nesse período. Além disso, a construção de um guia sobre o serviço de tradução e interpretação de libras da instituição contribuirá com o fortalecimento da atuação profissional do mesmo e fluxo do serviço.

Então, foi considerado 100% desta população, com base nos servidores que trabalharam nesse período, totalizando 09 profissionais convidados, embora apenas 04 tenham aceitado participar da pesquisa. Todos os TILSP que se enquadrem no texto acima foram convidados individualmente, via e-mail, informando a proposta da pesquisa e oferecendo total liberdade para solicitar mais informações.

A entrevista ocorreu de forma semiestruturada, pois segundo Minayo (2001, p. 64) a entrevista semiestruturada “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”. Nas entrevistas com os TILSP, foram apresentadas as perguntas e deixado livre o espaço para que os profissionais pudessem destacar todos os seus anseios.

Em relação ao produto educacional, foi elaborado um guia de serviço de tradução e interpretação de libras do IFC, demonstrando como funciona o serviço e qual o modo de solicitar o serviço. O guia foi confeccionado para ser utilizado pelos servidores. O produto foi aplicado via email, onde foi gerado um arquivo em formato “.pdf” e encaminhado aos campi.

Com relação à aplicação dos questionários de avaliação do produto educacional, a amostra segue no mesmo sentido das entrevistas e com os mesmos profissionais, sendo também aberta aos servidores do IFC que voluntariamente se dispuseram a responder o questionário.

Ao enviar o produto, os servidores foram convidados a avaliarem o guia por meio de um questionário que foi disponibilizado e compartilhado pela plataforma Google Forms junto ao email enviado com o guia. Após a análise das respostas, coletei o resultado da avaliação deste produto.

A responsabilidade desta pesquisadora é a de guardar e armazenar de forma apropriada os dados coletados nas entrevistas, com o objetivo de manter em sigilo os dados coletados e para assegurar a confidencialidade dos participantes desta pesquisa. Neste sentido, não deixei os dados coletados armazenados em ambientes virtuais como, por exemplo, nuvem (Conep, 2021). Os dados que foram coletados estão armazenados em um dispositivo rígido, no qual só esta pesquisadora teve acesso, para fins de transcrição.

Cabe destacar que para todos os participantes da pesquisa será garantido a preservação de seus dados pessoais.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Antes de iniciar as discussões resultados das entrevistas, apresento a metodologia utilizada na análise dos dados obtidos. Escolheu-se a análise de conteúdo, baseada no livro da autora Laurence Bardin (2011). A autora é uma renomada pesquisadora na área de metodologia de pesquisa qualitativa. Nascida em 1937, na França, sua contribuição para o campo da pesquisa social tem sido inestimável ao longo das décadas.

Formada em Psicologia pela Universidade de Paris, desenvolveu um profundo interesse em compreender as complexidades do comportamento humano e a dinâmica das interações sociais. Ela se destacou por sua abordagem inovadora, que combinava teoria e prática para investigar questões sociais relevantes.

No início dos anos 1960, começou a desenvolver um método sistemático para a análise de conteúdo, uma técnica que permite extrair significados de documentos, discursos e outras formas de comunicação. Seu trabalho revolucionário resultou na publicação de "Análise de Conteúdo", em 1977, uma obra seminal que se tornou uma referência fundamental para estudiosos e pesquisadores

A análise de conteúdo é uma abordagem sistemática e objetiva usada para estudar o conteúdo de diferentes formas de comunicação, como textos escritos, discursos, imagens, vídeos, entre outros. Ela é frequentemente aplicada em pesquisas nas áreas das ciências sociais, comunicação, psicologia, marketing e outros campos que buscam compreender e interpretar as mensagens transmitidas por esses conteúdos.

Laurence é uma das principais referências quando se trata de análise de conteúdo. Em seu livro, ela fornece uma estrutura conceitual e metodológica para conduzir a análise de conteúdo de maneira rigorosa e confiável. De acordo com Bardin (2011), a análise de conteúdo consiste em três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos. Vou descrever brevemente cada uma delas e fornecer citações relevantes do livro de Bardin para embasar as informações.

1. Pré-análise: Organizando os Dados

A primeira etapa do processo de análise de conteúdo, segundo a autora, é a pré-análise. Nessa fase, o pesquisador realiza uma aproximação com os dados, estabelecendo um contato inicial com o material a ser analisado. Isso envolve a leitura atenta do conteúdo, identificando as principais unidades de registro, como trechos de texto, imagens, vídeos, entre outros. Além disso, é importante estabelecer um sistema de categorias ou códigos que serão utilizados na análise.

Ela também destaca a importância de evitar a subjetividade nessa etapa, buscando construir uma análise objetiva e fundamentada nos dados. Segundo a autora, "a pré-análise é, sobretudo, um momento de contato inicial com o material, de compreensão de sua amplitude e de definição de critérios de tratamento" (Bardin, 2011, p. 80).

2. Exploração do Material: Codificação e Categorização

Na segunda etapa, conhecida como exploração do material, o pesquisador parte para a codificação e categorização do conteúdo. Aqui, as unidades de registro identificadas anteriormente são agrupadas em categorias ou códigos, de acordo com os temas, conceitos ou padrões emergentes encontrados nos dados.

Nesse item ela destaca que a categorização deve ser precisa e coerente, permitindo a organização do material de forma sistemática. Nesse sentido, ela afirma: "A categorização se impõe como um procedimento indispensável para quem deseja operar um tratamento sistemático dos dados" (Bardin, 2011, p. 126).

3. Tratamento dos Resultados: Análise e Inferência

Após a codificação e categorização do material, chega-se à etapa de tratamento dos resultados. Aqui, o pesquisador busca compreender o significado subjacente às categorias identificadas, buscando padrões, tendências e relações entre os elementos analisados. É nessa fase que se realiza a interpretação dos dados, fazendo inferências e estabelecendo conclusões.

Aqui é destacada a importância da objetividade e da fundamentação teórica nesta etapa, destacando que a análise de conteúdo "não consiste apenas em identificar unidades e categorias, mas também em interpretar os resultados, associá-los a conhecimentos existentes e produzir novos conhecimentos" (Bardin, 2011, p. 249).

A análise de conteúdo, de acordo com a autora, envolve a codificação dos dados coletados, ou seja, a atribuição de categorias específicas às unidades de registro identificadas. Essas categorias podem ser pré-determinadas ou surgir durante a análise. Bardin (2011, p. 109) enfatiza que "a codificação é o núcleo da análise de conteúdo" e deve ser realizada com rigor metodológico.

É importante destacar que a análise de conteúdo não se limita apenas à quantificação das ocorrências de determinadas categorias, mas também busca compreender o significado subjacente ao conteúdo analisado. Bardin (2011, p. 25) ressalta que "a análise de conteúdo não é uma mera contagem, mas uma interpretação" e que a interpretação requer uma análise contextualizada e que a interpretação requer uma análise contextualizada e profunda dos dados.

Em resumo, a análise de conteúdo, de acordo com Bardin (2011), é uma abordagem sistemática e objetiva para a análise de diferentes formas de comunicação. Ela envolve a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A análise de conteúdo permite a interpretação de mensagens e a extração de conclusões significativas a partir do material analisado.

A análise de conteúdo é uma ferramenta fundamental para pesquisadores e profissionais de diversas áreas que desejam compreender e interpretar dados qualitativos de maneira sistemática e rigorosa.

Bardin (2011) define a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que visa obter indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. Em outras palavras, a análise de conteúdo busca revelar os significados e sentidos presentes nas mensagens, além de identificar os contextos nos quais essas mensagens foram produzidas.

Uma das principais contribuições da autora foi a sistematização de etapas e procedimentos para a realização da análise de conteúdo. Ele propôs uma sequência lógica de atividades, desde a definição dos objetivos da pesquisa até a interpretação dos resultados obtidos. Essas etapas incluem a escolha e delimitação do corpus a ser analisado, a elaboração de categorias de análise, a codificação e classificação do conteúdo, e a interpretação dos dados.

A abordagem é particularmente relevante porque oferece uma estrutura metodológica flexível, capaz de se adaptar a diferentes tipos de dados e contextos de pesquisa. Ela pode ser aplicada em diversos campos, como ciências sociais, comunicação, psicologia, educação, marketing, entre outros.

Além disso, a análise de conteúdo conforme permite a objetividade e a replicabilidade dos resultados, uma vez que os procedimentos são claros e transparentes. Ao seguir essa abordagem, os pesquisadores podem ter maior confiança na validade e confiabilidade dos achados, tornando suas conclusões mais robustas.

A utilização da análise de conteúdo também oferece vantagens em termos de compreensão dos fenômenos estudados. Ela permite revelar informações implícitas, identificar padrões e tendências, captar nuances e detalhes que poderiam passar despercebidos em uma abordagem menos estruturada. Dessa forma, a análise de conteúdo amplia o conhecimento e enriquece a compreensão dos dados coletados.

Em suma, a importância da análise de conteúdo conforme a Bardin (2011) reside na sua capacidade de oferecer uma metodologia sólida e confiável para a análise de dados qualitativos. Ao seguir os passos propostos pela autora, os pesquisadores podem obter resultados mais consistentes e interpretar de forma mais profunda as mensagens analisadas. A obra continua sendo uma referência essencial para aqueles que desejam realizar análises de conteúdo de maneira rigorosa e eficaz, por isso entendi que seria o melhor método a ser aplicado na minha análise de dados, pois entendo que ao utilizar dessa metodologia posso desvendar os sentidos e discursos subjacente aos texto, podendo revelar múltiplas camada de significados presentes na comunicação humana.

Foram convidados a participar das entrevistas os TILSP efetivos do IFC, dos quais trabalharam no processo de implementação do trabalho remoto durante a pandemia, onde 09 profissionais foram convidados e desses, 04 aceitaram participar da pesquisa, embora o não aceite pelos demais profissionais não venho explícito no e-mail; eu entendi como resposta ao não retornar o e-mail diante da tentativa de contato.

Após os aceites, respondido via e-mail, foi enviado o formulário do TCLE e o *link* para a entrevista via *google meet*, confirmando o dia e o horário que fosse melhor para os entrevistados. As entrevistas ocorreram entre os meses de maio e junho de 2023.

Abaixo apresento como irei identificar os profissionais que aceitaram participar da pesquisa, de forma voluntária. Em seguida, apresento um quadro com as categorias criadas a partir da coleta de dados para subsidiar a construção desta análise de dados.

Quadro I - Identificação dos profissionais

Função	Identificação
--------	---------------

TILSP	Intérprete 01
TILSP	Intérprete 02
TILSP	Intérprete 03
TILSP	Intérprete 04

Fonte: da própria autora.

Quadro II - Categorização

Categorias
Experiência com interpretação remota na pandemia
Percepção em relação a interpretação de forma remota
Interação entre os profissionais envolvidos
Saúde mental dos TILSP
Recursos tecnológicos
Investimento para atuação
Pressão aos TILSP para atender demandas de trabalho

Fonte: da própria autora.

Neste sentido, nas seções a seguir apresentarei a análise dos dados coletados.

4.1. Experiência com interpretação remota na pandemia de COVID-19

A interpretação remota em Libras foi uma ferramenta essencial para os educandos surdos durante a pandemia de COVID-19, pois as medidas de distanciamento social limitaram o acesso a serviços presenciais de interpretação, diante desta mudança repentina, houve aumento significativo na demanda de serviços conforme as respostas apresentadas nas entrevistas:

Então, eu atuava nas disciplinas do ensino superior para uma estudante surda, além disso atuava em lives, reuniões de Codir, Consep e Consuper. (Intérprete 04)

Não foram só aulas, foi reuniões, ciclos, lives e conselhos. (Intérprete 01)

Além desse aumento evidente das demandas de trabalho ocorrido por conta da pandemia de COVID-19, inicialmente não teve um direcionamento por parte da instituição e do NuBi, núcleo este que tem como uma de suas atribuições organizar o trabalho dos TILSP do IFC. Além disso em seu Regulamento Nº 6/2019, no Art. 2º, diz o seguinte: “O Núcleo Bilíngue Libras-Língua Portuguesa do IFC (NuBi) caracteriza-se como um órgão destinado a promover condições igualitárias de acesso e permanência de pessoas surdas na instituição, contribuindo para sua inclusão social e acadêmica”.

Demorou um certo tempo para organizar o trabalho dos profissionais, o que gerou um desconforto no início da pandemia, conforme as falas a seguir:

Eu tive que ir atrás de buscar como fazer para gravar a interpretação, não veio orientação da gestão, com avançar dos meses, Nubi fez reuniões para divisão de tarefas, atuação em dupla por conta da grande demanda de trabalho. (Intérprete 03)

Inicialmente faltou orientação para organizar nossa atuação por parte da gestão e do Nubi que demorou um pouco para reunir e organizar o nosso trabalho. (Intérprete 02)

Identifico que além da sobrecarga de trabalho, os profissionais intérpretes de libras ficaram, em certa medida, sozinho, semelhante ao que discorrem Losekann e Mourão (2020 p. 73), ao argumentarem que “o indivíduo se mantém online e responsivo, registrando o cumprimento de metas e prazos e evitando qualquer impressão de ócio sobre as suas horas”. Inicialmente realizaram seus trabalhos de forma solitária sem uma orientação específica para contribuir com a sua atuação de forma remota, trazendo para si a responsabilidade com a acessibilidade de comunicação e a educação do estudante surdo, assumindo um papel que deveria ser também institucional.

Lembro que a interpretação remota no contexto educacional é um esforço colaborativo e contínuo, que envolve o trabalho conjunto de professores, intérpretes, alunos e equipe técnica para garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário à educação.

Assim como afirma Lacerda (2009, p. 34), o

Processo educacional precisa ser revisto a cada momento, para possibilitar a aquisição de conhecimentos pelo sujeito surdo, visto que as práticas escolares são prioritariamente pensadas a partir da experiência ouvinte do professor e dos alunos ouvintes.

Inicialmente mesmo com a demora de organizar o trabalho dos profissionais Intérpretes educacionais, os TILSP entenderam que não havia o certo ou o errado por hora, era tudo muito

novo, e que isso tudo fazia parte da construção do momento histórico pelo qual ninguém havia experienciado mas que isso tudo não foi uma experiência muito boa.

4.2. Percepção em relação a interpretação de forma remota

Os profissionais TILSP vivenciaram diversos desafios durante a pandemia de COVID-19 para oferecer o trabalho de interpretação na forma remota. Diante disso, ao questionar qual foi a percepção em relação ao seu trabalho na pandemia, eles responderam:

Foi bem precária, penso que poderia ter sido bem melhor, mas como pegou todo mundo de surpresa então ela foi feita como cada um poderia fazer naquele momento. (Intérprete 01)

Assim com relação à maneira geral, o trabalho remoto foi para mim até para usar as palavras-chave assim ó ele foi bem atribulado e também em vários momentos foi extenuante, porque a gente tinha que trabalhar por horas, tinha revezamento, mas mesmo assim eram muitas disciplinas aí tinham as reuniões ciclos de lives então era era muito trabalho. (Intérprete 02)

Ao analisar as respostas dos profissionais nessa categoria percebi que apresentam algo em comum: o quanto foi complexo a interpretação em libras de forma remota durante a pandemia de COVID-19, por que foi necessário adaptar-se, visto que era a única possibilidade imposta naquele momento. Além de demonstrar o quanto estavam despreparados para atuação num contexto remoto sem ter uma orientação específica, de quanto seria o tempo de trabalho efetivo na interpretação para evitar a jornada de trabalho ampliada, levando a exaustão mental e física destes profissionais.

Abaixo, registro outro relato importante acerca da experiência da atuação de interpretação remota na pandemia:

A distância e da forma que foi, de uma hora para outra estávamos distantes. Então não teve estudo, preparação, tivemos que seguir o fluxo de fazer sem saber. E isso foi um baque muito grande. (Intérprete 03)

Os TILSP estão inseridos em uma dinâmica de trabalho específica que precisa da articulação como os envolvidos no processo, é necessário passar - nem que seja resumidamente - um roteiro da aula que o professor estiver lecionando, ter informações básicas acerca da temática abordada durante a aula, “familiarizar-se com os conteúdos e temas abordados para um melhor desempenho na interpretação” (Quadros, 2007, p. 28); pois muitos conteúdos

abordados pelo professor de algumas disciplinas específicas não são de domínio do TILS sendo necessário estudo mais detalhado.

O isolamento, a incerteza e o novo ambiente de trabalho que adentrou o espaço particular de suas casas é um dos motivos que influenciaram na saúde mental de outras profissões e por consequência, as atuações e o trabalho do profissional intérprete de Libras também ficaram comprometidas.

4.3. Interação entre os profissionais envolvidos

A interação entre os profissionais envolvidos no processo de inclusão do educando surdo é de suma importância para seu sucesso acadêmico, na pandemia isso foi ainda mais fundamental para efetiva acessibilidade linguística. Portanto ao perguntar aos TILSP como foi essa relação com o demais envolvidos (professores, núcleos, TILSP, surdo...) os profissionais assim responderam:

***Em relação aos TILSP** eu acredito que foi um momento de muita troca de auxílio e que podemos conversar bastante e nos aproximamos, antes era tudo muito individual cada um no seu campus, comparando que antes a gente tinha zero de união foi um momento rico de aproximação e de troca, para atender as demandas. **Em relação aos professores** não tive aproximação um bate papo antes para conhecer os professores, entendo que nesse quesito ficou bem atropelado deixando a desejar. (Intérprete 01) (grifo nosso)*

Ao destacar essa categoria observo que cada intérprete de libras teve suas individualidades e desafios em cada campus de atuação, a saber: a maioria dos TILSP do IFC trabalham sem revezamento, e na maioria das vezes sem receber o conteúdo relacionado às aulas. Então, o que deu a entender foi que durante a pandemia o intérprete de libras absorveu mais atribuições do que lhe cabia, assumiu a responsabilidade da educação dos educandos surdos para garantir seu sucesso, mesmo sabendo que esse não seria seu papel. Gesser, (2015, p. 538) destaca que:

É recorrente observar duas típicas (e indesejáveis) situações: uma em que o intérprete se empossa da figura de docente de modo arbitrário e autoritário (como se fossem os “donos” do surdo), em que o professor regente ouvinte se exime de qualquer responsabilidade, relegando a ele (intérprete) toda a responsabilidade da aprendizagem do aluno; e noutro extremo, quando o intérprete compreende que sua atuação não deve extrapolar para o campo do pedagógico (e o professor se vê em apuros, atuando muitas vezes, como se o surdo não existisse, ou ainda, fazendo de conta que o surdo aprende tudo).

Durante a pandemia, em muitos momentos, os TILSP se viram assumindo o papel do professor mesmo sabendo que o papel do TILSP, no contexto educacional, é o de atuar “como profissional intérprete de Língua de Sinais na educação [...] intermediando as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes” (Quadros, 2007, p. 59 - 60).

Uma das TILSP entrevistadas comentou o seguinte:

Tinha os professores em que a aluna mandava e-mail para consultar caso alguma atividade ela não conseguisse fazer. Uns respondiam, a maioria não. Então mesmo não sendo minha função eu ia atrás, mandava e-mail, mensagem avisando sobre a singularidade da estudante surda, então isso foi uma questão frustrante nesse período de atividades remotas e eram muitas disciplinas e ainda ter que assumir o aluno surdo para garantir acessibilidade. (Intérprete 02)

Os TILSP estão inseridos em uma dinâmica de trabalho que pode gerar uma sobrecarga física e cognitiva, pois segundo Silva e Oliveira (2016) esses profissionais realizam a tradução simultânea de uma aula remota ou não, ou seja, codifica e decodifica as informações transmitidas pelo professor, muitas vezes sem conhecimento prévio da temática abordada durante a aula.

Diante dessa reflexão observa-se a união dos profissionais TILSP, concordando com o autor que diz : “[...] porque os intérpretes passam a se sentir mais confiantes no momento da atuação, por saber que existem pessoas ao seu redor que transmitem esse sentimento e que estão ali para dar suporte caso algum imprevisto venha a acontecer” (Pedrosa, 2019, p. 26).

Porque um tinha o outro para se apoiar mesmo que distante teve aproximação, trabalho em equipe foi essencial, e como já destaquei que no presencial cada um trabalhava sozinho e sem revezamento, e durante a interpretação remota em libras, a atuação foi em equipe. Foi possível trocar experiências sobre a atuação nesse período tão difícil a todos, onde os TILSP contavam na maioria das vezes apenas uns com os outros.

Outra questão que é importante, que novamente aparece, mesmo que de forma subjetiva, é que a instituição foi, de certa forma, omissa ou insuficiente com relação a singularidade do estudante surdo. Não teve um fluxo ou uma orientação com relação aos serviços dos profissionais envolvidos, colocando assim a responsabilidade do sucesso ou insucesso dos estudantes surdos nos TILSP.

Além disso é fundamental apontar a atuação de alguns professores que diante da situação pandêmica negligenciaram a responsabilidade de ensinar o educando surdo deixando esse papel ao intérprete educacional, trabalho em conjunto com o docente é fundamental para adequar as atividades propostas para contribuir no processo de ensino e aprendizagem do educando surdo. Contudo, a presença do intérprete não é garantia da acessibilidade e da inclusão do aluno surdo no contexto institucional.

O papel do TILSP em sala de aula não é o de ensinar o conteúdo das disciplinas, contudo, das escolhas dele depende o bom andamento e aprendizado do aluno surdo. É fundamental separar os papéis que envolvem a sala de aula e, sobre essa temática, a autora diz que: “Todavia o papel de educador/ professor não pode recair sobre o intérprete, já que seu papel principal é interpretar. O intérprete não pode ser responsável pela aquisição de conhecimentos do aluno” (Lacerda, 2003, p. 127).

Os casos vivenciados na pandemia de COVID-19, apontam que os TILSP assumiram mais atribuições além das suas, papéis que eram dos professores e da instituição, para assim garantir a minimamente a inclusão do educando surdo.

4.4. Saúde mental dos TILSP durante atividades laborais

No momento delicado da pandemia de COVID-19 os intérpretes de libras educacionais não passaram ilesos, pois foi um momento de repentinas mudanças na sua forma de atuação que impactaram na sua saúde. Conforme Nascimento et al. (2020, p. 68) muitos profissionais viram-se, da noite para o dia, tendo que criar estratégias, aprender a lidar com plataformas e estruturas de áudio e vídeo para fazer com que a interpretação acontecesse com alguma qualidade.

E isso refletiu na saúde do trabalhador TILSP, é necessário destacar que o mesmo exige um caráter complexo de cuidado. Há autores que compreendem a influência do planejamento das organizações e instituições na prevenção de doenças relacionadas ao trabalho. Eles afirmam, também, que diferentes aspectos influenciam no contexto de trabalho físicos, psíquicos, emocionais e sociais, salientam a importância de pensar ações e articulações com os diferentes setores, profissionais e interdisciplinares (Pereira Jorge et.al., 2016).

Ao decorrer das entrevistas, os TILSP relataram como se sentiram em relação a sua saúde mental diante do desafio imposto do momento:

A questão psicológica, às vezes as participações em reuniões eram com fones e ao mesmo tempo fazendo as tarefas básicas de casa, atendendo os filhos, fazendo comida, confesso que esse momento não foi nada mentalmente saudável. (Intérprete 01)

Então ninguém estava preparado para atuar no período remoto né, no período da pandemia então foi muito difícil no meu ponto de vista. A questão de conseguir conciliar, por exemplo, a questão emocional né, da ansiedade nessa questão de número de mortos contaminados e também com relação a organização do trabalho. (Intérprete 02)

Trouxe esse recorte porque todos os profissionais apresentaram suas inquietações e sentimentos acerca da saúde. Durante a entrevista, não fiz nenhuma pergunta relacionada à saúde mental no exercício do trabalho, porém todos os participantes da pesquisa apontaram a situação que vivenciaram ou sentiram durante esse momento. Isto ocorre porque foi um momento desafiador, assim como os Losekann e Mourão (2020, p. 73) afirmam: “Para muitos, a vida pública e a privada nunca estiveram tão entrelaçadas. As famílias passaram a dividir em um mesmo ambiente as atividades de trabalho, escolares, domésticas e de lazer”. Podemos perceber esta situação pelo relato a seguir:

Foi baque muito grande e nisso tudo tem dois lados: um de você que é trabalhadora e a parte psicológica o medo de morrer porque ao ligar a Tv só via gente morrendo e morrendo, então automaticamente isso tudo era uma pressão psicológica e quando ia dormir você tinha na cabeça: “nossa, amanhã você tem que interpretar”, mas também precisa se cuidar, cuidar de seus familiares convivendo diariamente com o medo de morrer, essa questão mental me incomodou muito porque eu precisava trabalhar e estava com medo me sentia pressionada. Querendo, ou não, a cabeça da gente ficava complicada né, era difícil desligar do mundo do que estava acontecendo e focar só no trabalho, e querendo entregar o melhor trabalho tudo isso era de certa forma uma pressão (Intérprete 03).

Mudanças repentinas, assim do modo como ocorreu, causam estresses, inseguranças, ansiedades e tensões pois, por mais que ficar em isolamento seria a forma de proteção da doença, os TILSP se sentiram responsáveis por si mesmos em seus períodos de trabalho sem direcionamento específico, tendo que administrar os afazeres domésticos, conviver um maior tempo com pessoas que residem na mesma casa, sendo complicado separar a vida pessoal da vida profissional, uma nova rotina imposta. O uso massivo de tecnologias e o sequenciamento de tarefas, antes ou durante a pandemia, pode levar os trabalhadores ao esgotamento e ao desenvolvimento de defesas psicológicas (Maillot et al., 2022). O relato da TILSP a seguir explicita esta situação:

Senti no corpo, fiquei um pouco tensa no início, em crise, por que relacionar ali dentro da minha casa no meu ambiente particular, família casa trabalho, eu acredito que foi com todas as pessoas dessa forma. (Intérprete 04)

Além das preocupações com a particularidade da atuação profissional do intérprete de Libras, que demanda esforço cognitivo e físico intenso, as questões relacionadas a se manter bem mentalmente e com saúde, cuidados com a família, divisão do espaço, tudo isso passou a ser mais uma sobrecarga de responsabilidade e preocupação com o contexto de trabalho remoto. Neste sentido, corroboram com Losekann e Mourão (2020, p. 73-74), que afirmam o seguinte:

[...] a intensidade do trabalho na nossa subjetividade foi potencializada, através do teletrabalho em uma situação de isolamento social. O trabalho passou a ocupar e dividir espaço com outras atividades, misturando e invadindo espaços que antes possuíam limitações mais claras. Essa intensificação pode ocasionar a diminuição dos espaços e momentos dedicados ao ócio, ao convívio familiar, ao descanso e à reabilitação física e mental.

Todos esses fatores influenciam na saúde mental do profissional TILSP e causaram muitos desconfortos, naquele momento, diante de tantas responsabilidades. Nesse contexto, quem vivenciou o teletrabalho pela primeira vez durante a crise sanitária, teve que enfrentar novos desafios, já que era uma adaptação dupla: ao teletrabalho e às muitas restrições cotidianas que ocorreram durante a pandemia da COVID-19, afetando inclusive a saúde mental dos trabalhadores (Mendonça et al.,2022)

4.5. Recursos tecnológicos

Ao perguntar aos profissionais TILSP como foi proporcionado os equipamentos para uma atuação efetiva da interpretação remota em libras (sabendo que é necessário, computador, webcam, fone, microfone, iluminação além de internet de boa qualidade evitando assim quedas, borrões nas imagens durante as transmissões de aulas síncronas e lives), os Intérpretes responderam:

No meu campus eu pedi uma cadeira, um HD externo porque meu computador pessoal era velho e não comporta espaço para mídias, o notebook solicitei mais não foi cedido porque não tinha, então me virei com o meu. (Intérprete 01)

Antes da pandemia eu recebi uma câmera, mas o notebook da escola que eu tinha era muito velho e ele era lento, então precisei usar o meu notebook. (Intérprete 03)

Observo que todos os profissionais ao responderem a esta questão deixam claro que os recursos que foram solicitados ou disponibilizados para eles não atenderam a singularidade que é interpretação em libras na forma remota. Os recursos tecnológicos oferecidos aos profissionais estavam sem condições de uso, levando que os TILSP optassem por seus equipamentos pessoais, assumindo mais uma vez um papel que deveria ser da instituição em proporcionar equipamentos adequados para uma interpretação remota em libras que fosse efetiva. Vemos mais um exemplo desta questão no relato a seguir:

Eu pedi cadeira e um laptop porque tenho filhos que também precisam dele. Eu tinha que dividir, então me cederam uma cadeira e computador de mesa, que usava na instituição, mas como era computador bem deteriorado, pois antes vivia fazendo chamado, eu não quis levar para casa porque eu não sabia como seria o conserto. (Intérprete 04)

Além disso, destaco que as dificuldades impostas pela pandemia da COVID-19, ao setor educacional, foram imensas, problemas de infraestrutura nas residências dos TILSP e demais participantes (alunos e professores), o não domínio do mundo digital, profissionais e estudantes passaram a ter que dominar recursos tecnológicos mesmo sem formação para tal, entre outros. As redes sociais ou os aplicativos para aparelhos celulares são exemplos de tecnologias que facilitam a interação e a comunicação entre as pessoas, independentemente de estarem próximas ou distantes. Essa afirmação é, ainda, mais evidente quando se refere ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) por pessoas com deficiência (CERUTTI, 2020).

Alguns dos recursos que foram utilizados para a realização e edição de vídeos foram as plataformas digitais, como: o Google Meet, o Zoom, o WhatsApp, o Google Classroom, o Youtube, além do envio de material impresso para os estudantes que não têm acesso aos recursos tecnológicos, que passaram a fazer parte da realidade educacional de educadores e estudantes no contexto das aulas remotas.

O IFC me ofereceu um notebook só, que o notebook era destinado ao atendimento educacional especializado (AEE) que até então não tinha aluno fazendo uso, e eles me emprestaram.. Porém para atuação do intérprete de libras precisa ter uma qualidade melhor de imagem e de áudio porque é fundamental para o serviço de tradução para eu conseguir captar bem tanto áudio quanto a imagem porque até porque não atua só português para libras, mas o oposto também né, de libras para

português. Então aquele notebook tinha uma imagem ruim, quando eu usava por exemplo, uma com um fundo branco, uma parede branca e os dedos quase sumiam não dava contraste nenhum com a imagem de notebook, então a pessoa surda não ia conseguir compreender e também o áudio era muito ruim para eu escutar para eu conseguir passar de libras para o português, era ruim porque eu não conseguia ouvir direito. (Intérprete 02)

Sendo assim, além dos demais profissionais da educação, os TILSP também tiveram que se adaptar à nova realidade, indo atrás de equipamentos para a efetiva prestação de serviço. O trabalho remoto, que em muitas organizações era uma exceção, passou a ser uma regra e assumir caráter compulsório (Kossen & Berg, 2022). Destaco ainda que os profissionais tiveram que aprender e se reinventar na prática de interpretação remota de libras que exigiu conhecimentos além dos quais ele já estava acostumado, por consequência disto acabaram trazendo para si exclusivamente a responsabilidade de proporcionar um trabalho de melhor qualidade não tendo outra alternativa para isso a não ser com seus recursos próprios e até investindo em melhorias.

4.6. Investimento para atuação do TILSP

Ao discorrer sobre as respostas coletadas nas entrevistas emergiu um ponto importante a ser destacado: os gastos que os profissionais necessitam para realizar a efetiva prestação do serviço, pois foi uma preocupação para além de competências linguísticas, a atualização aos recursos tecnológicos e o investimento para que tudo isso fosse possível. Sendo assim, separei uns recortes destes profissionais ao relatar sobre isso:

Eu acabei comprando, adquirindo coisas para qualificar o trabalho, por exemplo eu comprei caixas de luz softBox que chama né, para conseguir uma iluminação melhor porque eu interpretava às vezes aulas à noite então a luz da lâmpada era muito fraca não ficava boa a imagem, então eu acabei comprando essas luzes também acabei e pintando o fundo da parede da minha casa por quê como eu falei antes do notebook. Então, sim, eu tive gastos próprios para oferecer o trabalho ao IFC que seria algo que eles deviam oferecer para mim, mas que eu acabei buscando, com recurso próprio. (Intérprete 02)

Esse relato fica explícito que o TILSP sabia que não era sua responsabilidade proporcionar um espaço adequado para qualificar seu trabalho, portanto diante dos recursos ofertados pela instituição não serem de qualidade e diante da necessidade imposta para uma efetiva interpretação na forma remota em libras, o profissional assumiu dívidas em um momento delicado e sem respaldo financeiro institucional para trabalhar. A organização dos

recursos do ambiente de trabalho com um bom conforto é, ou deveria ser, algo importante para o bem estar do trabalhador e que é um direito ter um espaço adequado como Azevedo (2018) mostra em seu trabalho sobre ergonomia e saúde ocupacional do tradutor de intérprete de Libras.

Eu comprei dicionário trilingue de libras, aumentei a velocidade da internet e comprei equipamento de iluminação. (Intérprete 02)

Eu investi em materiais para melhorar a iluminação. A sorte é que foi meu irmão que instalou tudo assim foi possível interpretar a noite. (Intérprete 03)

Adaptar uma interpretação remota em libras tendo aliada às tecnologias educacionais, com novos recursos e investimentos, além de sair completamente da estrutura física da instituição de ensino, foi uma das necessidades impostas a todos os profissionais da educação que atuavam no ensino remoto. Tavares, Santiago e Onofre (2021) afirmam que a prática pedagógica com estudantes surdos deve ser ressignificada em parceria com os educadores, o tradutor intérprete de Libras e com os surdos.

Além disso, os profissionais TILSP acumularam diversas funções, gastos para garantia da inclusão, assumindo quase que total responsabilidade pelo percurso educativo do estudante surdo durante esse período, tentando suprir tudo que era necessário para manter esse aluno.

4.7. Pressão aos TILSP para atender demandas de trabalho

Essa temática também apareceu como destaque, portanto é importante trazer o que os profissionais vivenciaram e como lidaram com as situações de pressão para atender demandas de trabalhos além da sua carga horária. Os TILSP responderam:

Eu senti pressão, sim, eu por exemplo olhava o e-mail e dizia: olha pessoal temos demanda de tal palestra, e quem pode indicar o nome para participar. Então a maioria talvez não colocava onde ficava o nome e eu acabava me sentindo pressionada, porque eu vi que tinha uma demanda que tinha que ser resolvida né, a ser feito o serviço e eu acabava aceitando. (Intérprete 01)

Uma das coisas que me deixava muito mal era que nos chamavam para demandas da reitoria, vinha vídeo para traduzir com urgência, trabalhamos mais de 8h por dia. Em muitos momentos com diversas demandas, inclusive já trabalhei no período da pandemia nos finais de semana e além de traduzir os vídeos, ainda tínhamos que enviar editado. Era tudo com muita cobrança, porque tinha que ser o mais rápido possível. Era uma pressão enorme. (Intérprete 02)

Nos dois recortes destacados para essa discussão, demonstra que os profissionais TILSP mesmo dentro dos seus limites de condições de trabalho, com carga horária excessiva, se colocava em situação de assumir mais trabalho por conta dos pedidos encaminhados pela instituição, mesmo que de certa forma - implícita - pressionava os profissionais que já estavam com muitas demandas de trabalho a assumir mais trabalho, abrindo mão do seu final de semana e do seu horário de descanso, se colocando no limite de desgaste físico e cognitivo, assumindo uma carga horária exaustiva de trabalho. Isso vai ao encontro do pensamento de Dantas (2021) que mostra em seu trabalho o quanto o desgaste cotidiano se amplifica quando se vive uma epidemia ou uma pandemia pelo fato deles precisarem lidar com estresse o tempo todo.

Outro relato que demonstra que o TILSP assumiu todo o papel institucional diante da falta de uma política linguística focada no estudante surdo é essa:

Eu sentia pressão para não perder aluno. Tipo, uma cobrança minha. E mesmo assim, tentando de tudo, a aluna desistiu e isso me causou muita angústia do porque desistiu, “onde que erramos?”, mas a gente não tinha todo o suporte. (intérprete 03)

Analisando a situação de quem deveria pensar no sucesso, ou insucesso, do aluno surdo, pelo que o estudo demonstra até esse momento, é que os profissionais TILSP foram os agentes ativos, e quase que os únicos durante a pandemia de COVID-19, que se percebem enquanto os “únicos responsáveis” para que desse certo e que os educando surdos tivessem seus direitos linguísticos minimamente contemplado. É necessário a importância da gestão institucional ter clareza quanto às funções que estes profissionais TILSP devem desempenhar, bem como, estimular a conscientização dos demais servidores sobre o papel dos mesmos.

Considera-se importante salientar que o intérprete é protagonista no processo de acessibilidade dos alunos surdos como mediador, sendo necessário condições de trabalho, como trabalho em equipe e sua ampliação, através de concursos públicos, estrutura para execução do seu trabalho e equipamentos tecnológicos. Para Corrêa, Silva e Silva (2021, p.56), “é necessário repensar as práticas educativas para atender pessoas com diferentes modos de interação e construção do conhecimento”

Além disso, é extremamente importante que o trabalho deste profissional seja realizado em articulação com o docente responsável e as equipes que dão suporte aos estudantes, proporcionando maior qualidade da interpretação ao aluno, sendo remoto ou não.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O Guia de serviço de tradutor e intérprete de libras do IFC é material bilíngue e se propõe como recurso ou ferramenta projetada para facilitar o processo de aprendizagem e ensino. Este guia é resultado do projeto de pesquisa e desta dissertação intitulada: “O Serviço Remoto De Tradução E Interpretação De Libras No Ifc: Impactos Pós-Pandêmicos”, desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Tem como público alvo os servidores do IFC. Sua finalidade é difundir e facilitar o acesso ao serviço de tradução e interpretação de libras para esta comunidade.

Este guia de serviço conterà as orientações para a solicitação do serviço de tradução e interpretação de Libras/Português no Instituto Federal Catarinense-IFC em formato digital (.pdf) e parcialmente acessível em Libras, apresentando as especificidades relativas às questões relativas à atividade desse profissional, bem como o modo de solicitar o trabalho do tradutor e intérprete de Libras/Português – TILSP.

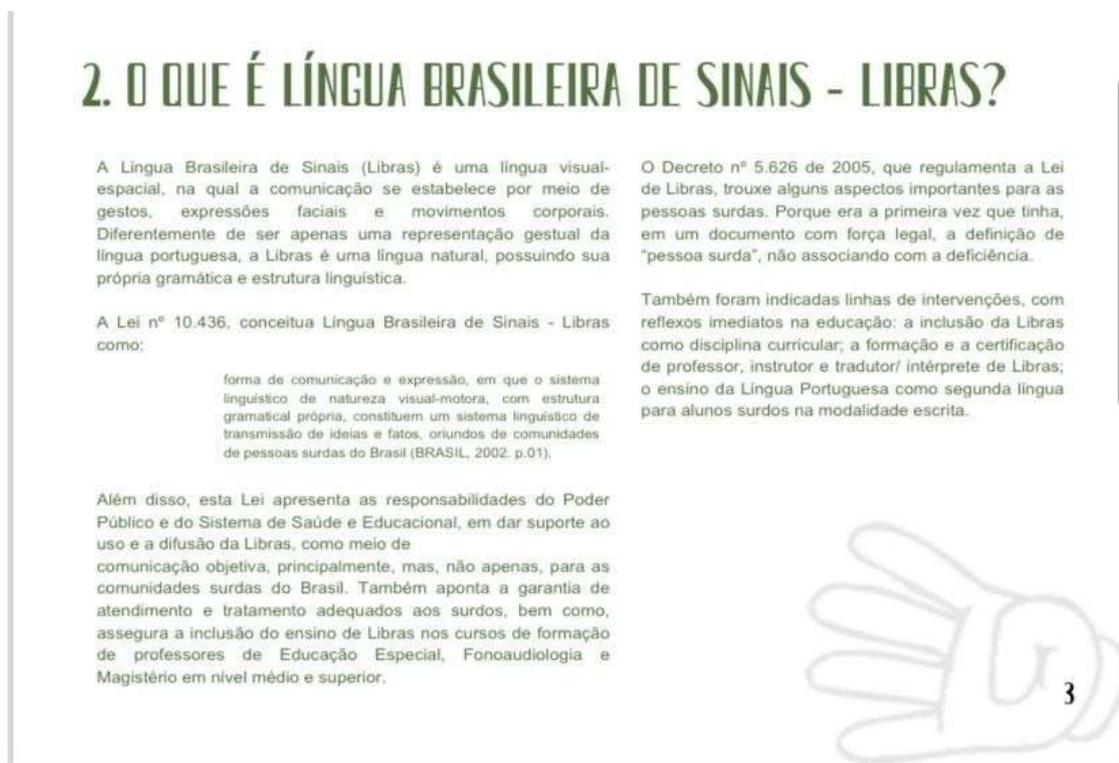
A presente pesquisa considerou o tema a tradução e interpretação de Libras na EPT, na forma remota, sendo assim a delimitação do tema contemplou que a investigação abordará os impactos da implementação do serviço de tradução e interpretação de Libras / Língua Portuguesa, na forma remota, no Instituto Federal Catarinense durante o período da pandemia da COVID-19.

A pesquisa para a construção deste guia foi inteiramente baseada na legislação específica do cargo, artigos em periódicos e livros relacionados ao tema. O desenvolvimento deste Produto Educacional busca contribuir com o uso e a difusão dos serviços de Tradução e Interpretação em Libras do IFC. Além disso, o Guia tem a intenção de contribuir com as práticas educativas e com a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem mais inclusivos.

O guia foi idealizado para ser em dois formatos: num primeiro momento, em português escrito, atendendo a todos os públicos de servidores, surdos e ouvintes; em um segundo momento, foi feita a interpretação em libras sobre “como”, “quando” e “onde” se busca acesso e informação sobre este trabalho realizado no IFC.

Na primeira parte apresento os cinco capítulos, onde faço uma apresentação do produto. No segundo, faço uma breve apresentação explicando o que é libras conforme imagem a seguir:

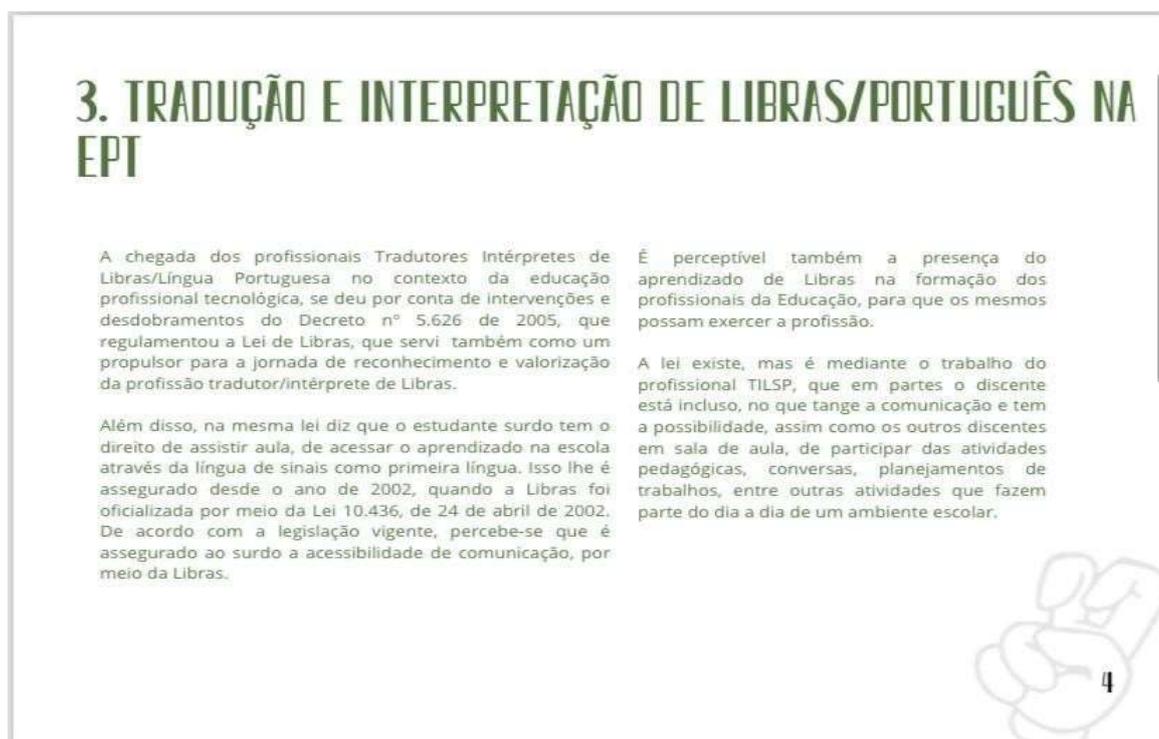
Figura 1 - O QUE É LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS?



Fonte: elaborada pela autora.

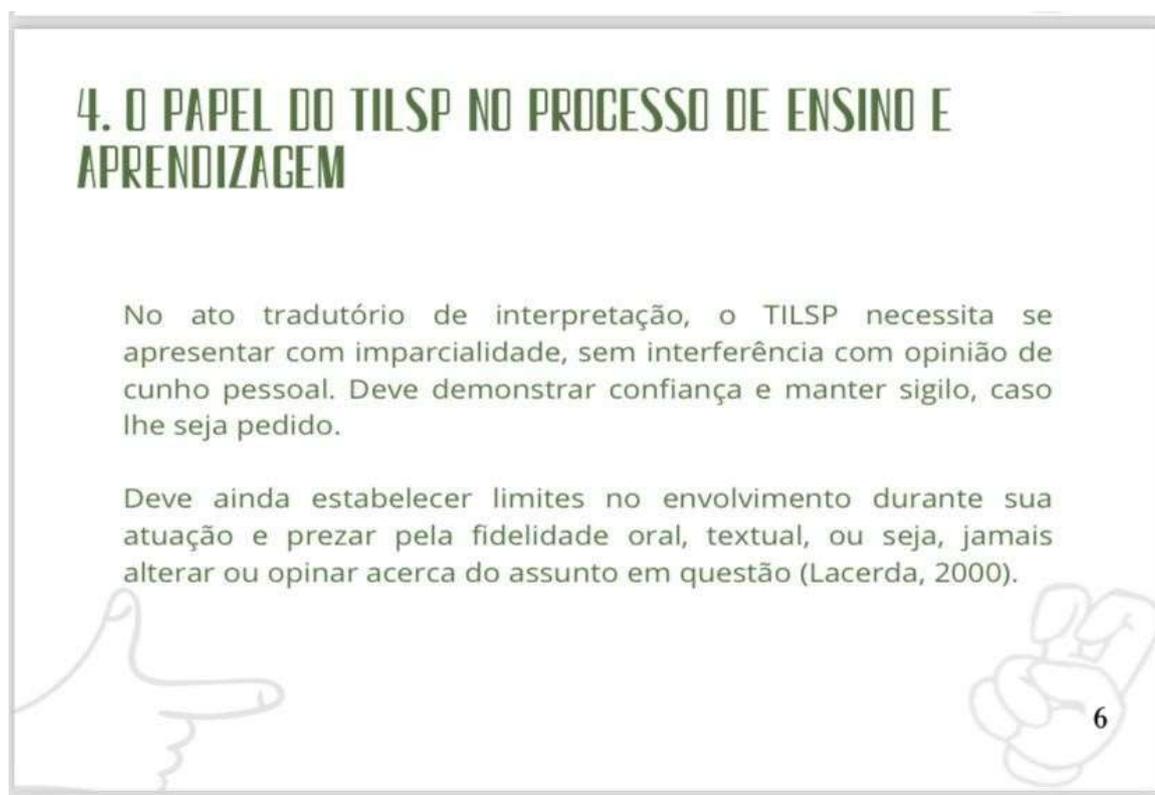
No terceiro apresento a tradução e interpretação de libras português na EPT, conforme a imagem abaixo:

Figura 2 - TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS/ PORTUGUÊS NA EPT



Fonte: elaborada pela autora.

No quarto capítulo, faço uma breve contextualização do papel do TILSP no processo de ensino e aprendizagem, conforme imagem abaixo:

Figura 3 - O PAPEL DO TILSP NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Fonte: elaborado pela autora.

No quinto capítulo, apresento como é realizado o trabalho dos TILSP, seguindo as regulamentações internas do IFC:

Figura 4 - COMO O TRABALHO DO TILP DO IFC É REALIZADO

5. COMO O TRABALHO DO TILSP DO IFC É REALIZADO

Os profissionais Tradutores e Intérpretes de Libras estão alocados finalisticamente ao Núcleo Bilíngue Libras - Língua Portuguesa do IFC (NUBI), que caracteriza-se como um núcleo destinado a promover condições igualitárias de acesso e permanência às pessoas surdas na instituição, contribuindo para sua inclusão social e acadêmica, por meio da garantia do seu direito linguístico.



A Resolução nº 54/2021, de 11 de novembro de 2021, dispõe sobre a Regulamentação do Serviço de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa do Instituto Federal Catarinense. Em seu Capítulo III, explica como funciona a atuação dos TILSP, na oferta do serviço de Tradução e Interpretação, e apresenta no Art. 5º Na oferta do serviço de tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, que compete ao TILSP:



Fonte: elaborada pela autora

Já num segundo momento, no sexto capítulo, apresento o QR Code e um *link* que leva para vídeo que aborda o fluxo de solicitação do serviço em libras, explicando como acessar:

Figura 5 - COM O FLUXO EM LIBRAS

Fonte: elaborada pela autora.

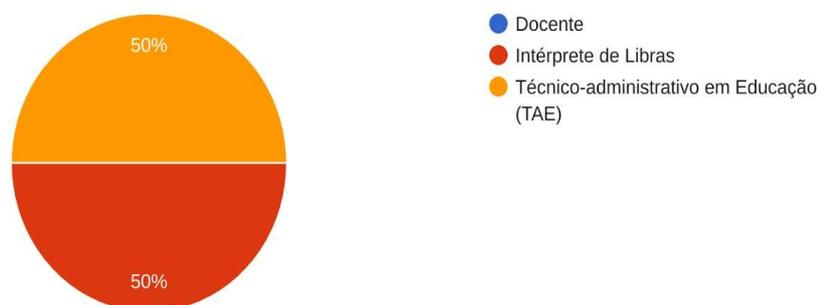
Após a conclusão do guia, buscamos obter análise e pareceres dos TILSP participantes das entrevistas e demais servidores, visando contribuir para aprimoramento do produto educacional. Este guia foi direcionado a todos os TILSP e *campi* do IFC, visando a ampliação de respostas para contribuir com a proposta. O convite, no primeiro momento, foi encaminhado para o email dos gabinetes de cada *campus*, com a solicitação de que fosse replicado entre os pares.

A seguir, apresentaremos as respostas obtidas para cada pergunta, acompanhada com o gráfico gerado pelo próprio google formulários:

Gráfico I - Respostas ao seguimento

Qual seu segmento?

12 respostas



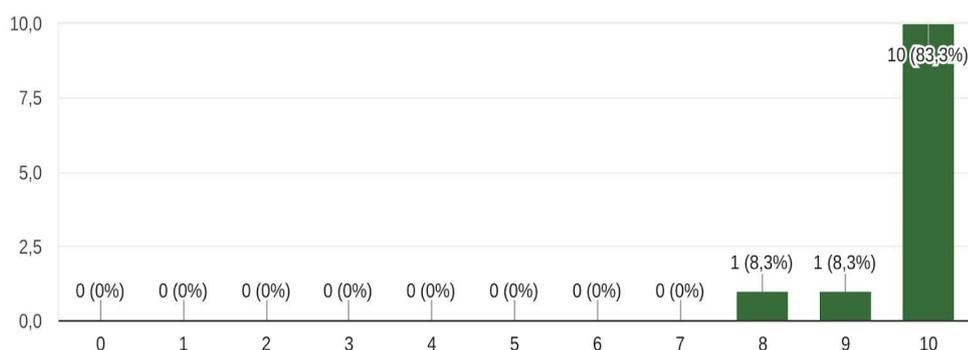
Fonte: elaborado pela autora por meio do Google Forms.

A pesquisa foi enviada para Taes, Docentes e Intérpretes de Libras, porém, pelo gráfico apresentado, não obtivemos nenhum retorno do segmento docente. O que sugere que talvez seja necessário encontrar outra estratégia para que essa informação seja acessada pelo professores.

Gráfico II - Respostas para a primeira pergunta

1) Que nota você dá para o guia?

12 respostas



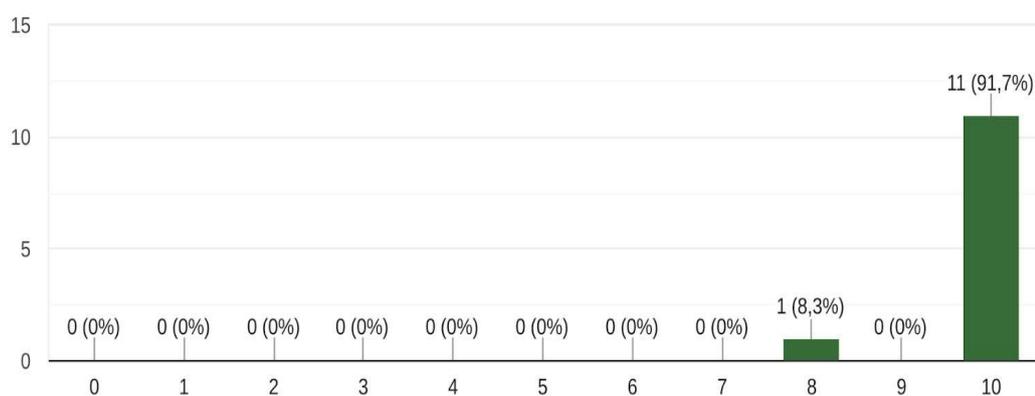
Fonte: elaborado pela autora por meio do Google Forms.

Ao perguntar que nota daria ao guia, 83,3% dos avaliadores entenderam como nota 10; 8,3% responderam nota 9; e 8,3% nota 8. Estes dados mostram o quanto o produto educacional foi bem aceito e bem avaliado pela comunidade consultada.

Gráfico III - Respostas para a segunda pergunta

2) De 0 a 10, o guia cumpriu o objetivo em fornecer informações relevantes para o acesso ao serviço de Tradução e Interpretação em Libras?

12 respostas

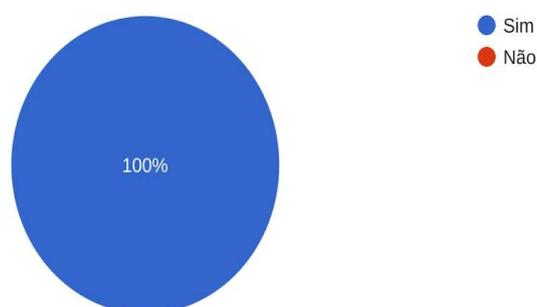


Fonte: elaborado pela autora por meio do Google Forms.

Quando foram questionados “de 0 a 10” se o guia cumpriu o objetivo em fornecer informações relevantes para o acesso ao serviço de Tradução e Interpretação em Libras, 91,7 % responderam nota 10 e 8,3% deram nota 8. Os dados demonstram que este objetivo do produto foi alcançado e forneceu informações relevantes sobre o acesso ao serviço.

Gráfico IV - Respostas para a terceira pergunta

3) O guia apresenta informações pertinentes ao contexto educacional do IFC?
12 respostas

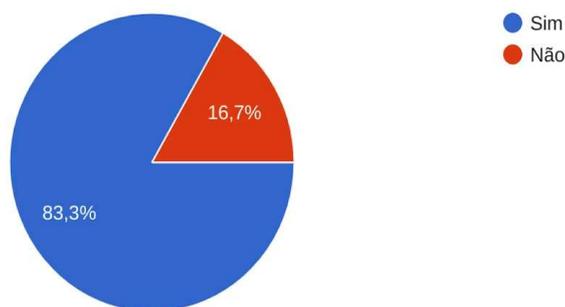


Fonte: elaborado pela autora por meio do Google Forms.

Ao perguntar se o guia apresenta informações pertinentes ao contexto educacional do IFC, 100 % dos avaliadores responderam que “sim”. Nesta amostragem os dados apontam a relevância deste guia de serviço para o contexto educacional.

Gráfico V - Respostas para a quarta pergunta

4) Você percebeu alguma mudança em sua perspectiva em relação aos profissionais Tradut
Intérpretes de Libras, após conhecer o guia?
12 respostas



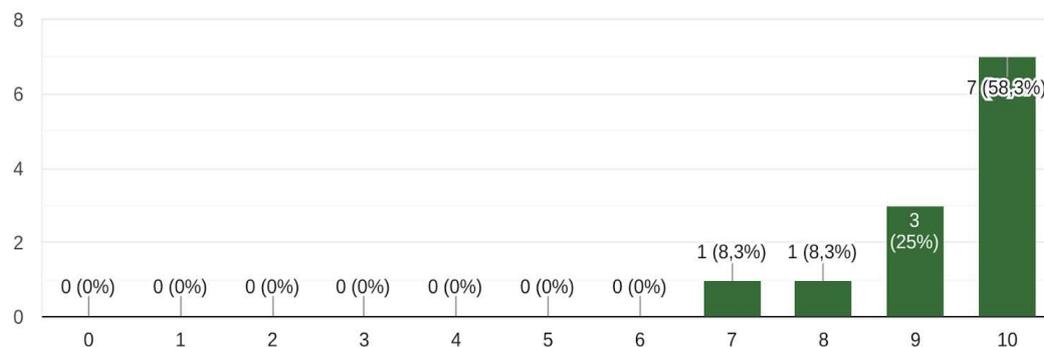
Fonte: Questionário elaborado pela autora por meio do Google Forms.

Quando perguntado se percebeu alguma mudança em sua perspectiva em relação aos profissionais TILSP, após conhecer o guia, 83,3% responderam “sim” e 16,7% responderam “não”. Na amostragem demonstra a importância do guia de serviço para uma melhor compreensão sobre o serviço executado por estes profissionais .

Gráfico VI - Respostas para a quinta pergunta

5) De 0 a 10, em que medida o guia pode impactar positivamente a prática diária dos servidores do IFC?

12 respostas



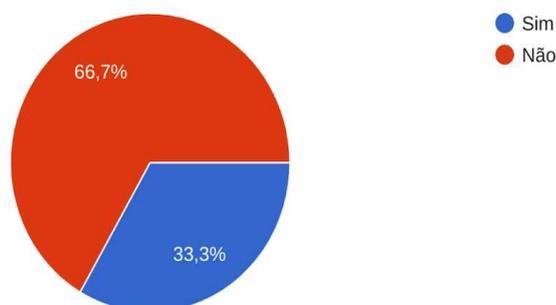
Fonte: Questionário elaborado pela autora por meio do Google Forms.

Nesta pergunta foi solicitado “de 0 a 10”, em que medida o guia poderia impactar positivamente a prática diária dos servidores do IFC: 58,3% responderam 10; 25% responderam 9; 8,3 % responderam 8; e 8,3 % responderam 7. Um pouco mais da metade dos avaliadores afirmam que este produto pode impactar positivamente o cotidiano dos servidores do IFC

Gráfico VII - Respostas para a sexta pergunta

6) Antes de conhecer o guia, você já sabia como solicitar o profissional Tradutor Intérprete de Libras?

12 respostas



Fonte: Questionário elaborado pela autora por meio do Google Forms.

Ao perguntar aos avaliadores se antes de conhecer o guia já sabia como solicitar o profissional Tradutor Intérprete de Libras? 56,7% responderam que “não” e 33,3% responderam “sim”. Neste item foi possível identificar a importância do produto para divulgação de como funciona o processo de solicitação do serviço de tradução e interpretação em Libras no IFC.

Por fim foi solicitado nesse mesmo formulário sugestões, a partir das experiências sobre o guia, para o aperfeiçoamento deste material para que de fato seja acessível a todos. A princípio, não foi feita nenhuma das adaptações ou alterações sugeridas, mas com o término desta dissertação, e como faço parte do quadro de servidores do IFC, me comprometo a me dedicar e melhorar este guia para deixá-lo mais acessível e inclusivo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como tema a tradução e interpretação de Libras na EPT, na forma remota. O seu objetivo geral foi compreender os impactos da implementação do serviço de tradução e interpretação de Libras / Língua Portuguesa, na forma remota, no Instituto Federal Catarinense durante o período da pandemia da COVID-19, nos anos de 2020 e 2021.

Após metodologia aplicada, que contou com entrevista semiestruturada e análise das fontes pesquisadas, utilizando a análise do conteúdo e os fundamentos teóricos referente ao tema pesquisado, constatou-se que os TILSP do IFC durante a pandemia de COVID-19, não mediram esforços para atender a grande demanda remotamente. Além disso, todos apontaram que tiveram muitas dificuldades com os poucos ou inexistentes recursos disponíveis para realizar o trabalho de forma efetiva e que muitos necessitam fazer investimentos para atuar. Comentaram também que a saúde mental ficou “em certa medida” abalada, pois conciliar família e trabalho e ter que sobreviver nesse período foi muito desafiador.

Cabe ressaltar que esses profissionais assumiram acessibilidade de comunicação em libras praticamente sozinhos nesse período, para que fosse garantido o direito linguístico dos estudantes e professores surdos. Durante este percurso, os TILSP buscaram formação e os caminhos necessários para a comunidade surda, atuando nos três períodos, melhorando o seu sistema de internet, comprando iluminação, microfone, fone, pintando paredes em sua casa para ter condições mínimas de trabalho e garantindo o exercício da profissão.

Considero que tratar o tema a tradução e interpretação de Libras na EPT, na forma remota, é de extrema relevância porque contribui efetivamente para compreensão deste trabalho no contexto educacional, nos possibilitando para o aperfeiçoamento deste serviço no IFC. Após a pesquisa e a análise dos dados, elaborada com referências em autores que tratam de temas relacionados às libras, TILSP, educação de surdos e outros autores que pesquisaram a influência da pandemia nas atividades e trabalhos remotos, foi elaborado como produto educacional um Guia de Serviço do Tradutor e Intérprete de Libras. Durante a atuação remota nosso trabalho foi evidenciado nos permitindo difundir ainda mais a libras.

Depois de aplicado, ele foi avaliado por servidores do IFC, público alvo do produto. A partir das avaliações recebidas, entendo que o material tem um potencial para contribuir com o acesso ao serviço de tradução e interpretação do IFC, além de apresentar quem somos e como trabalhamos a toda comunicada.

Deste modo, acredito que o produto educacional produzido poderá ser utilizado e até mesmo aperfeiçoado, para amplamente ser divulgado entre os servidores que não compreendem o nosso serviço, podendo assim solicitar quando se fizer necessário. Além disso, considero que o objetivo geral e os objetivos específicos foram contemplados e atendidos em minha pesquisa. Ao percorrer os meus objetivos, foi possível elucidar o tema e desenvolver um produto que atendesse de forma prática ampliação de como funciona e solicita o serviço de tradução e interpretação em libras do IFC.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. de. Covid- 19, **O nascimento de um novo século e os laboratórios sociais**. Jornal da USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/covid-19-o-nascimento-de-um-novo-seculo-e-os-laboratorios-sociais/?fbclid=IwAR3dMb9v00etqD6TC7kNpejn34UcmfAV4p2AOeQCOKwswPhZbkcT492YIHE>. Acesso em: 02 de dez. 2022.
- ALBRES, N. A.; RODRIGUES, C. H. As funções do intérprete educacional: entre práticas sociais e políticas educacionais. Bakhtiniana. Bakhtiniana – **Revista de Estudos do Discurso**, v. 13, p. 16-42, 2018.
- ALBRES, N. A. **Intérprete Educacional**: políticas e práticas em sala de aula inclusiva. São Paulo: Harmonia, 2015.
- ANTUNES, R. L. C. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARRUDA, E. P. Educação Remota Emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de covid-19. **Em Rede**: Revista de Educação à distância, [s. l], v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020.
- AZEVEDO, L. M. C. Saúde Ocupacional e Ergonomia na Atuação do Tradutor Intérprete de Libras. UFSC. p. 51, 2018.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUK, D. A. **Temas de ergonomia para médicos do trabalho**. 2.ed. Niterói: Nitpress, 2008.
- BRASIL, **O Tradutor e intérprete de língua de sinais e língua portuguesa**/Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdo/MEC/SEESP. Brasília, 2007.
- BRASIL, **O Tradutor e intérprete de língua de sinais e língua portuguesa**/Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdo/MEC/SEESP. Brasília, 2007.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução **CNE/CEB n.2**, de 11 de setembro de 2001.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: Acesso em: 21 jun. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: Acesso em:

21 jun. 2022.

BRASIL. **Lei 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 21 de jun. 2022.

BRASIL. **Lei 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 21 de jun. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Normas gerais sobre a proteção e a integração das pessoas com deficiência**. Ministério da Educação, 2000.

BRASIL. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília: Secretaria de Educação Especial, 25 abr. 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 21 jun. 2022.

BRASIL. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília: Secretaria de Educação Especial, 25 abr. 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 21 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf> Acesso em: 27 de jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf> Acesso em: 27 de jun. 2022. possível. Campinas: Pontes Editora, 2020.

BRASIL. **Projeto de lei nº 9382/17. Regulamenta a profissão de tradutor, guia-intérprete e intérprete de LIBRAS**. Disponível em: Acesso em: 21 jun. 2022.

BRASIL. **Projeto de lei nº 9382/17. Regulamenta a profissão de tradutor, guia-intérprete e intérprete de LIBRAS**. Disponível em: Acesso em: 21 jun. 2022.

CAMPOS, J. R. **Aspectos da terceirização e o direito do trabalho**. Revista do Curso de Direito. Portal Metodista de Periódicos Científicos e acadêmicos. Vol. 1, nº 1, 2004.

C. Kossen, A. M. Berg, German Journal of Human Resource Management, 36: 213-237, 2022 DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/23970022221083695>

CERUTTI, E. Tecendo Saberes sobre as Tecnologias Assistivas para o Sujeito Surdo no

Ensino Superior. Revista Internacional de Educação Superior, v. 6, p. 1-16, 2020.

CORRÊA, A.M.S.; SILVA, E.K. S.; SILVA, E. D. “Recursos didáticos para o ensino de surdos em classes inclusivas”. Revista Educação Inclusiva, vol.6, n. 2, 2021

DANTAS, E. S. O. Saúde mental dos profissionais de saúde no Brasil no contexto da pandemia por Covid-19. Interface: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 25, supl. 1, p. 1-9, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.200203>.

FENEIS. Federação Nacional de Educação de Integração dos Surdos. **Libras**. 2009.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D.T. (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. (Série Educação a Distância).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia. **Censo 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/>>. acesso em: 16 de set 2022.

INES. **Conheça o INES-150 anos de história**. Disponível em: . Acesso em: 16 de set 2022.

KRUPPA, S.M. P.; MENDONÇA, F.; JÚNIOR, K.G.de S.; SIMÃO, M.C.;MANGANOTTE, M.B. Educação na Pandemia. Faculdade de Educação da USP. São Paulo. Disponível em: <http://www4.fe.usp.br/educacao-isolamento/textos>. Acesso em: 02 de dez de 2022.

MENDONÇA, F. COELHO, P. FERRAJÃO, A. ABREU, International Journal of Environmental Research and Public Health, 19: 2022 DOI: <http://dx.doi.org>

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2014.

MONT'ALVERNE, S. **Isolamento social protege você e outras pessoas do Coronavírus**. Secretaria de saúde do Ceará. Coronavírus (COVID-19). Disponível em: <<https://www.saude.ce.gov.br/2020/04/14/isolamento-social-protege-voce-e-outras-pessoas-do-coronavirus/>>. Acesso em: 21 de jun 2022.

NASCIMENTO, V. Dimensão ergo-dialógica do trabalho do tradutor intérprete de Libras/Português: dramáticas do uso de si e debate de normas no ato interpretativo. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 14, n. 4, p. 1121-1150, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-639820145604>. Acesso em: 21 de jun. 2022.

NASCIMENTO, V. Tradução e Interpretação Audiovisual da Língua de Sinais (TIALS) no Brasil: um estudo de recepção sobre as janelas de Libras na comunidade surda. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 41, p. 163-201, 2021.

Nota Técnica Nº 01/2017 - Nota Técnica sobre a Atuação do Tradutor, Intérprete e Guia-Intérprete de Libras e Língua Portuguesa em **Materiais Audiovisuais Televisivos e Virtuais** Disponível em: <http://febrapils.org.br/documentos/> . Acesso em 21 de jun de 2022.

Nota Técnica Nº 02/2017 - Nota Técnica sobre a contratação do serviço de Interpretação de Libras/Português e Profissionais Intérpretes de Libras/Português **Revezamento e Trabalho em Equipe**. Disponível em: <http://febrapils.org.br/documentos/> . Acesso em 21 de junho de 2022.

QUADROS, R. M. de. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e língua portuguesa**. 2.ed. Brasília: MEC; SEESP, 2004.

RE, I. L. **Startups de acessibilidade**: a vivência de fundadores é diferencial. Estado de São Paulo, 22 fev. 2020. Especial para o Estado. Disponível em: <https://blog.signumweb.com.br/entrevistas/vivencia-de-fundadores-e-diferencial-em-startups-de-acessibilidade/>. Acesso em: 21 de jun. 2022.

SAFONT, I. G. **Historia de las tecnologías de la interpretación**. 2014. 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Traducción e Interpretación, Universitat Jaume, Castellón, 2014.

SANTOS, R. F. F. **O direito do discente surdo**: reflexões acerca da influência do intérprete de Libras na sua aprendizagem. Anais II Congresso Regional de Direitos Humanos de GEPIDH, v. 1, 2017.

SANTOS, S. A. A implementação do serviço de tradução e interpretação de libras-português nas universidades federais. **Cadernos de Tradução**, v. 35, p. 113-148, 2015.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro. v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SCHENKEL, C. A. **Gestão ambiental**: perfil profissional e formação em cursos superiores de tecnologia e de bacharelado. 2012. 348 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13630/1/d.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2021.

SKLIAR, C. (Org.). **Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação**. Necessidades Educacionais. Salamanca – Espanha, 1994.

VIEIRA, A. M. D. P; JUNIOR, A. de S.. educação profissional no Brasil. **Interacções**, Paraná, v. 12, n. 40, 2016. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10691>. Acesso em: 27 de jun. 2022.

VILAÇA-CRUZ R. C. **Mercado de trabalho de um grupo de intérpretes e tradutores de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**: Identidade e profissionalização. Florianópolis, SC: Ufsc, 2022-. ISSN 2175-7968 versão online. Disponível em : < <https://www.scielo.br/j/ct/a/D6YvpCsHw8prDwbCxb8dhMc/>>, Acesso em 27 de jun.2022.

ZOVICO, N. A. **Viável Brasil oferece SIV**: serviço de intermediação por vídeo. 2012.

Disponível em:
<<https://acessibilidadeparasurdos.blogspot.com/2012/02/viavel-brasil-oferece-siv-servicode.html>>. Acesso em: 21 jun. 2022.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

Pesquisadora: Dominique Calixto

Martins Orientador: Prof. Dr. Jorge

Dutra Cunha Entrevistado (a):

- 1) Você atualmente está atuando como TILSP no IFC? Se sim, quais demandas está atendendo no momento?
- 2) Você atuou remotamente como tradutor e intérprete de Libras período da pandemia de covid19? Como foi a experiência?
- 3) Qual o seu papel no processo de implementação do serviço de tradução e interpretação remota de Libras do IFC?
- 4) Qual a sua percepção em relação a prestação deste serviço de forma remota?
- 5) Como ocorreu a interação entre profissionais da educação envolvidos (a saber: alunos, professores e colegas) no período de ensino remoto? Consideras que foi diferente do modo como ocorre no ensino presencial?
- 6) Qual a maior dificuldade e desafio que encontrou na época? E como avalia sua experiência no processo?
- 7) Quais as estratégias e possibilidades que você encontrou para a efetiva prestação do serviço de tradução e interpretação de libras de forma remota?
- 8) Quais os recursos tecnológicos, mobiliários, formação e ou orientações específicas para prestação deste serviço que foram ofertados pelo IFC?

APÊNDICE B – PRODUTO EDUCACIONAL

Produto educacional: Guia de serviço do tradutor intérprete de libras do IFC.

Link de acesso:

<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/870062>

APÊNDICE C – AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Avaliação do produto educacional.

Link de acesso:

https://docs.google.com/forms/d/13xUh33BHEorHSCabsGYAgzxVMGzbutwi7ka6f_s8m0I/edit?ts=65c62f31